



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

FIM
Em 20/02/03
Assessoria de Plenária

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

r- SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

**ATA DA 8ª
(OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 19 DE FEVEREIRO DE 2003.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Benício Tavares, Izalci Lucas e Aríete Sampaio.

SECRETARIA: Deputado Izalci Lucas.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 15 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 55 minutos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- Anilcéia Machado (PSDB)
- Aríete Sampaio (PT)
- Augusto Carvalho (PPS)
- Benício Tavares (PTB)
- Brunelli (PPB)
- Chico Floresta (PT)
- Chico Leite (PC do B)
- Chico Vigilante (PT)
- Eliana Pedrosa (sem partido)
- Erika Kokay (PT)
- Eurides Brito (PMDB)
- Fábio Barcellos (PL)
- Gim (PMDB)
- Izalci Lucas (PFL)
- João de Deus (PPB)
- Jorge Cauhy (PFL)
- José Edmar (PMDB)
- Leonardo Prudente (PMDB)
- Odilon Aires (PMDB)
- Paulo Tadeu (PT)
- Pedro Passos (PTB)
- Peniel Pacheco (PSB)
- Rôney Nemer (PTB)

1 - ABERTURA

Presidente (Deputado Benício Tavares):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 - LEITURADAATA

- É lida e aprovada, sem observações, a Ata da I- Sessão Ordinária.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

1.2 - COMUNICADOS DA MESA

- **Mensagem n- 523, de 2002**, do Governador do Distrito Federal.
- **Mensagem nº 27, de 2003**, do Governador do Distrito Federal, que encaminha o **Projeto de Lei nº 148/2003**.
- **Projeto de Lei nº 149, de 2003**, de autoria do Deputado Leonardo Prudente.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003**, de autoria da Deputada Eurides Brito.
- **Requerimento nº 149, de 2003**, da Deputada Anilcéia Machado.
- **Requerimento nº 150, de 2003**, do Deputado Pedro Passos e outros.
- **Requerimento nº 151, de 2003**, do Deputado Leonardo Prudente.
- **Requerimento nº 152, de 2003**, da Deputada Eliana Pedrosa.
- **Requerimento nº 153, de 2003**, do Deputado Benício Tavares.

Em 19/0203
Assessoria de Plenário

MENSAGEM
Nº 523 /2002/GAG

Brasília, 09 de julho de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência e a seus ilustres pares, com o escopo de comunicar que, nos termos dos arts. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 2919/2002, que “ dispõe sobre a criação de linhas alternativas de transporte, operadas por meio de vans, nas localidades que menciona”, pelos seguintes

MOTIVOS DE VETO

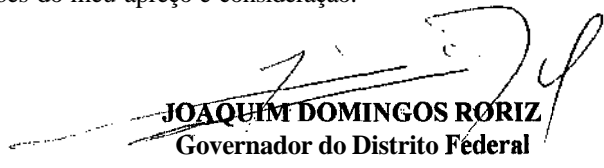
Em que pese a elevada motivação do legislador distrital, ao apreciar e votar a proposta legislativa em questão, percebi que o projeto de lei em apreço mostra-se contrário ao interesse público, de forma a justificar o veto ao art. 3º da proposição.

Com efeito, o art. 3º do citado projeto de lei permite que as linhas alternativas, criadas com vistas ao atendimento de áreas rurais e dos assentamentos criados pelo Poder Executivo e autorizadas pelo DMTU, possam atender às comunidades da Vila Estrutural, na Região Administrativa do Guará - RA X e Vila Planalto, na Região Administrativa de Brasília - RA I, conforme elencado nos incisos I e II do dispositivo que está a merecer o presente veto.

Tal veto se justifica pelo fato de que a criação das linhas alternativas, ainda que em caráter provisório e emergencial, nas comunidades indicadas nos incisos I e II do art. 3º, mostra-se contrário ao interesse público, já que a autorização de linhas poderá comprometer tanto o sistema convencional como o alternativo, que já servem, satisfatoriamente, àquelas regiões.

Logo, comunico a Vossa Excelência o veto parcial ao art. 3º do Projeto de Lei nº 2919/2002, com fulcro no art. 74, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal, pugnano pela manutenção do veto por essa egrégia Casa Legislativa.

Na oportunidade, reafirmo a Vossa Excelência e a seus ilustres pares, as expressões do meu apreço e consideração.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

À Sua Excelência o Senhor
Deputado **GIM ARGELLO**
DD; Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

LEI Nº 3.030 DE 18 DE Julho DE 2002
(Autores do Projeto: Deputados Distritais César Lacerda, Gim Argello e Daniel Marques)

Dispõe sobre a criação das linhas alternativas de transporte, operadas por meio de vans, nas localidades que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal -DMTU DF - autorizado a criar, em caráter provisório e emergencial, linhas alternativas com vistas ao atendimento das áreas rurais e dos assentamentos criados pelo Poder Executivo, que não sejam atendidos em período integral por nenhum dos sistemas, STPC, STPA e STCAFV.

Parágrafo único. A provisoriedade prevista no *caput* terá validade de doze meses, podendo ser renovável a critério do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal - DMTU.

Art. 2º As linhas criadas serão operadas por veículos tipo van com capacidade para até dezesseis passageiros, incluindo motorista e cobrador.

Art. 3º V E T A D O.

Art. 4º O DMTU realizará cadastramento de transportadores, especificamente para atender ao disposto nesta Lei, respeitadas as normas relacionadas com a Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

Parágrafo único. As entidades legalmente constituídas nas áreas de que trata esta Lei poderão requerer a inscrição de seus associados, na forma disposta pelo DMTU.

Art. 5º Os veículos para operar o transporte não poderão ter mais que cinco anos de uso.

Art. 6º O Poder Executivo, por meio do órgão competente, regulamentará a presente Lei no prazo de trinta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de Julho de 2002
114º da República e 43º de Brasília


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

PUBLICADO NO DODF
Nº 148 DF 06/08/2002



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

(Autores do Projeto: Deputados Distritais César Lacerda, Gim Argello e Daniel Marques)

Dispõe sobre a criação das linhas alternativas de transporte, operadas por meio de vans, nas localidades que especifica.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal -DMTU DF - autorizado a criar, em caráter provisório e emergencial, linhas alternativas com vistas ao atendimento das áreas rurais e dos assentamentos criados pelo Poder Executivo, que não sejam atendidos em período integral por nenhum dos sistemas, STPC, STPA e STCAFV.

Parágrafo único. A provisoriedade prevista no caput terá validade de doze meses, podendo ser renovável a critério do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal - DMTU.

Art. 2º As linhas criadas serão operadas por veículos tipo van com capacidade para até dezesseis passageiros, incluindo motorista e cobrador.

Art. 3º As linhas criadas poderão atender as seguintes comunidades:

I - Vila Estrutural na Região Administrativa do Guará - RA X;

II - Vila Planalto na Região Administrativa de Brasília - RA I.

Art. 4º O DMTU realizará o cadastramento de transportadores, especificamente para atender ao disposto nesta Lei, respeitadas as normas relacionadas com a Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

Parágrafo único. As entidades legalmente constituídas nas áreas de que trata esta Lei poderão requerer a inscrição de seus associados, na forma disposta pelo DMTU.

Art. 5º Os veículos para operar o transporte não poderão ter mais que cinco anos de uso.

Art. 6º O Poder Executivo, por meio do órgão competente, regulamentará a presente Lei no prazo de trinta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

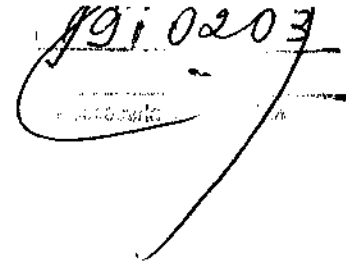
Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 2002

Deputado GIM ARGELLO
Presidente

*Sancionado,
com veto
em 09/07/2002*

Assessoria de Plenário
PC nº 2209/02
Folha nº 16

A handwritten signature in black ink is written over a rectangular stamp. The stamp contains the number '1910203' and some faint, illegible text below it.

MENSAGEM
Nº 27 /2003

Brasília, 03 de fevereiro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Tenho a honra de submeter à elevada deliberação dessa augusta Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que cria os cargos integrantes da estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Tecnológico e dá outras providências.

Esta iniciativa decorre da criação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, pela Lei nº 3.029, de 18 de julho de 2002, quando se fazia imperativo o veto às disposições que criavam, então, os cargos de sua estrutura, conforme o parágrafo único do artigo 21 da Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe ser nulo de pleno direito *"ato de que resulte aumento de despesa com pessoal expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular no respectivo Poder ou órgão referido no art. 20"* (grifo nosso).

A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico foi criada com a missão de formular e implementar políticas promotoras do desenvolvimento tecnológico do Distrito Federal, ressaltando-se, nesse aspecto, as iniciativas nas áreas de Tecnologia da Informação, elaboração e implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Governo do Distrito Federal, Biotecnologia, Excelência em Saúde, além de iniciativas voltadas para a inclusão digital da população em geral.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado **BENÍCIO TAVARES**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
N E S T A

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'B' followed by a vertical line.

Para a consecução deste objetivo estão sendo criadas três Subsecretárias: a da informação, implantação de pólos de tecnologia da informação e pelo planejamento estratégico de Tecnologia da Informação do Governo do Distrito Federal; a de Biotecnologia, responsável pela promoção de ações vinculadas à biotecnologia, implantação de pólos de biotecnologia, de pólos de excelência em saúde e ações de biotecnologia relativas a agronegócios e fármacos; a de Estudos e Projetos, com a missão de promover os estudos e a elaboração dos projetos relativos ao desenvolvimento de atividades que promovam desenvolvimento tecnológico, captação de negócios na área de tecnologia, inclusão digital da população, entre outros.

Cabe ressaltar que, para o funcionamento da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, o Governo do Distrito Federal viabilizou uma estrutura mínima necessária, sem que houvesse aumento de despesas, com a extinção de cargos da estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Económico, através do Decreto nº 23.529, de 9 de janeiro de 2003.

Assim sendo, estamos propondo que os cargos extintos da Secretaria de Desenvolvimento Económico sejam novamente criados através do presente Projeto de Lei .

Relativamente à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, a mesma esta assumindo, em decorrência de minha orientação, novos encargos no sentido de assegurar a implantação de mecanismos que propiciem a melhoria e modernização da gestão e da prestação dos serviços públicos

Grande ênfase deverá ser dada à **melhoria** do atendimento ao cidadão, por meio da ampliação do modelo de atendimento integrado, padronização do acesso à informação institucional - via internet - e do atendimento telefónico, visando assegurar elevado padrão de qualidade, **eficiência**, e agilidade, facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos, simplificar as obrigações de natureza burocrática e fortalecer o exercício da cidadania.


Neste contexto, a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa direcionará a sua atuação no sentido de implantar na Administração Pública do Distrito Federal modelo de gestão empreendedora, capaz de garantir transparência à administração, austeridade dos gastos públicos visando o seu redirecionamento para a área social, avaliação de desempenho institucional, responsabilização por resultados e controle social das ações governamentais.

Para assumir tais responsabilidades, evidencia-se a necessidade da criação de uma nova subsecretária com uma estrutura funcional e moderna, conforme consta do Anexo III, do PL.

Em face do exposto, mister se faz o encaminhamento do presente Projeto de Lei propondo a criação dos cargos a fim de que as atribuições das Secretarias em tela possam

Considerando a premência da matéria, solicito a Vossa Excelência que a presente proposta tramite em **regime de urgência**.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus ilustres pares protestos **de estima e consideração**.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROJETO DE LEI Nº **PL 148/2003** DE DE 2003

Dispõe sobre a criação de cargos nas estruturas orgânicas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Tecnológico, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Económico e da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Ficam criados na estrutura orgânica da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico os cargos em comissão constantes do Anexo I.

Art. 2º Ficam criados na estrutura orgânica da Secretaria de Desenvolvimento Económico os cargos em comissão constantes do Anexo II.

Art. 3º Ficam criados na estrutura orgânica da Secretaria de Gestão Administrativa os cargos em comissão constantes do Anexo III.

Art. 3º As despesas *decorrentes* da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias de Desenvolvimento Tecnológico, de Desenvolvimento Económico e de Gestão Administrativa.

Art. 4º Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.



ANEXO I

CARGOS EM COMISSÃO CRIADOS

(Art. 1º da Lei N.º de de de 2003)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

UNIDADE/CARGO	QTDE	SÍMBOLO
GABINETE		
Assessor Especial	2	CNE-06
Secretário Executivo	04	DFA-10
ASSESSORIA		
Chefe da Assessoria	01	DFG-14
Assessor	03	DFA-13
Assessor	01	DFA-12
Secretário Administrativo	01	DFA-03
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
Subsecretário de Tecnologia da Informação	01	CNE-06
Assistente	01	DFA-07
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
Diretor de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação	01	DFG-14
Assessor	02	DFA-12
Assistente	01	DFA-07
Secretário Administrativo	01	DFA-03
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
Diretor de Tecnologia da Informação	01	DFG-14
Assessor	02	DFA-12
Assistente	01	DFA-07
Secretário Administrativo	01	DFA-03
SUBSECRETARIA DE BIOTECNOLOGIA		
Subsecretário de Biotecnologia	01	CNE-06
Assistente	01	DFA-07
DIRETORIA DE ASSUNTOS DE SAÚDE		
Diretor de Assuntos de Saúde	01	DFG-14
Assessor	02	DFA-12
Assistente	01	DFA-07
Secretário Administrativo	01	DFA-03
DIRETORIA DE BIOTECNOLOGIA		
Diretor de Biotecnologia	01	DFG-14
Assessor	02	DFA-12
Assistente	01	DFA-07
Secretário Administrativo	01	DFA-03
SUBSECRETARIA DE ESTUDOS, PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS		

Subsecretário de Estudos, Projetos e Captação de Recursos	01	CNE-06
Assistente	01	DFA-07
DIRETORIA DE ESTUDOS E PROJETOS		
Diretor de Estudos e Projetos	01	DFG-14
Assessor	02	DFA-12
Assistente	01	DFA-07
Secretário Administrativo	01	DFA-03
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS		
Diretor de Captação de Recursos	01	DFG-14
Assessor	02	DFA-12
Assistente	01	DFA-07
Secretário Administrativo	01	DFA-03
DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL		
Diretor de Apoio Operacional	01	DFG-14
Assessor	01	DFA-11
Assistente	01	DFA-07
GERÊNCIA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTE		
Gerente de Serviços Gerais e Transporte	01	DFG-12
Assessor	01	DFA-11
GERÊNCIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO		
Gerente de Material e Patrimônio	01	DFG-12
Assessor	01	DFA-11
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS		
Gerente de Orçamento e Finanças	01	DFG-12
Assessor	01	DFA-11
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS		
Gerente de Recursos Humanos	01	DFG-12
Assessor	01	DFA-11
GERÊNCIA DE INFORMÁTICA		
Gerente de Informática	01	DFG-12
Assessor	01	DFA-11
GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA		
Gerente de Documentação e Comunicação Administrativa	01	DFG-12
Assistente	02	DFA-08
Secretário Administrativo	01	DFA-03

ANEXO II - CARGOS EM COMISSÃO CRIADOS
(ARTIGO 1º DA LEI Nº de de fevereiro de 2003)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

CARGO	QUANT	NÍVEL
Chefe de Gabinete	01	CNE - 06
Assessor da Assessoria do Gabinete	02	DFA - 11
Assessor da Gerência de Análise Prévia de Pleitos Empresariais	01	DFA - 11
Chefe do Núcleo de Análise de Projetos Económicos	01	DFG - 11
Assessor da Subsecretária do Comércio Exterior e Desenvolvimento de Negócios	01	DFA - 11
Chefe do Núcleo de Levantamentos e Tratamento de Dados Estatísticos	01	DFG - 11
Gerente da Gerência de Produção e Sistemas de Informação	01	DFG - 12
Chefe Núcleo de Divulgação de Informações do Comércio Exterior	01	DFG - 11
Assistente do Núcleo de Apoio ao Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal - CPDI e às Câmaras Temáticas	01	DFA - 08
Assistente da Gerência de Acompanhamento de Implantação de Projetos	01	DFA - 08
Assistente da Gerência de Planejamento e Estudos Sócio-Económicos	02	DFA - 05
Secretário Administrativo do Núcleo de Orçamento e Finanças	01	DFA - 03

J4

ANEXO III

CARGOS EM COMISSÃO CRIADOS

(Art. 1º da Lei N° de de de 2003)

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

UNIDADE/CARGO	QTDE	SÍMBOLO
Subsecretário	1	CNE-05
Assessor Especial	1	CNE-04
Assessor Especial	1	CNE-06
Diretor	4	DFG-14
Assistente	2	DFA-08
Secretário-Administrativo	5	DFA-03
Gerente	10	DFG-12

3/

Em 19/10/2003
Assessoria de Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO LEI Nº _____ PL 149/2003

(Do Sr. Deputado LEONARDO PRUDENTE)

Institui o dia 15 de agosto
como o Dia do Lago
Paranoá.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 15 de agosto como o dia do Lago Paranoá.

Art. 2º Todas as repartições públicas do DF terão que, em seu âmbito, fazer no dia 15 de agosto alusão ao Lago Paranoá destacando sua importância para a vida de Brasília e para o Distrito Federal.

Art. 3º O Governo do DF por meio das Secretarias do Meio Ambiente, da Secretaria de Esporte e da Secretaria de Turismo cada uma, no seu âmbito, fará na semana do dia 15 de agosto a Semana da Consciência Ecológica e Preservação do Lago Paranoá, a Semana de Esportes Náuticos e a Semana de Divulgação Turística do Lago Paranoá.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei o dia 15 de agosto não será considerado feriado.

Art. 4º O Governo do DF regulamentará esta Lei no prazo de 30 dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por finalidade instituir o "Dia do Lago Paranoá", reservando no calendário do Distrito Federal, o dia 15 de agosto, para que seja homenageado por todas as repartições públicas.

O Lago Paranoá foi formado em 1959 com o objetivo de melhorar o clima de Brasília, construída em uma região de baixa umidade de ar, e também para paisagismo e recreação. São 40 km de extensão e 560 milhões de metros cúbicos de água.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

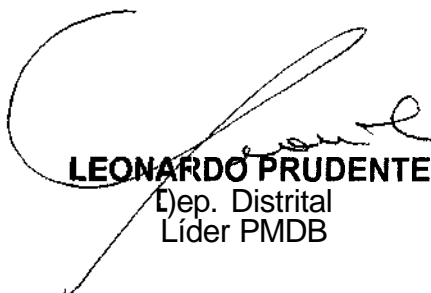
A importância deste lago é quase vital, além de ser considerado a praia dos brasilienses, é uma excelente opção de lazer, e poderá ser um atrativo para o potencial turístico, uma máxima que se impõe a Capital.

As ocupações irregulares, o surgimento de grandes empreendimentos, o desmatamento e a poluição trazem incertezas quanto ao futuro do lago. Cerca de 500.000 pessoas vivem na região da bacia hidrográfica do Lago Paranoa, que abriga várias cidades, o Lago Norte, o Lago Sul, Condomínios e invasões. Segundo dados da Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos o Lago Paranoa encolheu 3,2 quilômetros desde sua formação em 1959.

Tudo isso nos trás preocupação e justifica a dedicação de um dia ao Lago Paranoa para chamar a atenção de todos para a sua importância vital para nossa gente e os problemas que já enfrenta desde a muito.

Diante do exposto, peço apoio aos nobres pares para aprovação desta Lei.

Sala das Sessões, em de de 2003.



LEONARDO PRUDENTE
Dep. Distrital
Líder PMDB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eurides Brito - PMDB

Em 19/02/03
 Assessoria de Planalto

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , PDL 10/2003

(Da Deputada EURIDES BRITO)

Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília à Professora CÉLIA PROCÓPIO DE ARAÚJO CARVALHO.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário de Brasília à Professora **CÉLIA PROCÓPIO DE ARAÚJO CARVALHO**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

CÉLIA PROCÓPIO DE ARAÚJO CARVALHO, nascida em São Paulo, casada, mãe de três filhos, tem dedicado toda a sua vida a atividades culturais.

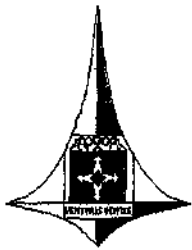
Professora de inglês, pela Paddock Woods Finishing School, Inglaterra, e portadora do Cambridge Lower Certificate in English e Cambridge Proficiency Certificate in English, também é professora de francês pela École Supérieur Des Langues, Paris, sendo portadora Nancy em Francês pela Alliance Française.

É ainda, formada em alemão pela Escola de Goethe com Goethe Certificate.

Atuou, durante anos, como Assessora para Assuntos Acadêmicos, Culturais e Empresariais na Diretoria da Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP, é, atualmente, Presidente do Conselho Curador da Fundação da FAAP.

Obteve inúmeros reconhecimentos por notórios trabalhos voltados à cultura de nosso País. Foi condecorada com a Ordem do Mérito Cultural, pelo Conselho Nacional de Política Cultural e pelo Ministério da Cultura, em 2001; com o

EBrito



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eurides Brito - PMDB

Chevalier dans L' Ordre des Arts et des Lettres, pelo Ministério da Cultura e da Comunicação da República Francesa, na Embaixada do Brasil, em Paris, em 29 de outubro de 1998; com a Ordem do Rio Branco, no Grau de Comendador, pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Prof. Dr. Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Itamaraty, em 17 de junho de 1998,

Brasília foi palco de enorme atuação cultural desenvolvida pela Professora Célia Procópio.

Desde 1995 o Museu de Arte Brasileira, da Fundação Armando Álvares Penteado, realiza exposições relacionadas a temas de arte e cultura brasileiras, no Palácio do Itamaraty em Brasília, inauguradas no dia 7 de setembro, como parte dos eventos culturais que integram as comemorações da Semana da Pátria. Todas essas exposições são acompanhadas por catálogos com textos críticos e ilustrações, bem como folhetos didáticos e serviço educativo. Com vistas ao melhor aproveitamento cultural, o serviço educativo é organizado por especialistas em arte e educação, que também desenvolvem pesquisa sobre os temas em foco e coordenam o atendimento aos estudantes de arte que prestam atendimento ao público visitante. Cabe ressaltar que especial atenção é dada aos professores da rede e aos escolares da rede pública do Distrito Federal, inclusive com providências quanto ao transporte até o local do evento.

A primeira dessas mostras foi realizada em 1995, intitulada **Modernismo, Modernistas**. Foram apresentadas obras do acervo do Museu de Arte Brasileira, de autores como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Brecheret, Portinari, Flávio de Carvalho, Volpi, Guignard e Pancetti. O objetivo da exposição foi apresentar ao público, dentro do universo de uma coleção a trajetória do modernismo entre nós e os rumos que tomou na primeira metade do século XX. Isto é, desde a Semana de Arte Moderna, o Movimento Pau Brasil, as repercussões do expressionismo e o retorno à ordem da pintura dos anos 40.

Em 1996, o Palácio do Itamaraty recebeu a mostra **Victor Brecheret**, reunindo obras do MAB-FAAP, MAC-USP, IEB-USP e de coleções particulares. Foram apresentados trabalhos do artista anteriores à Semana de Arte Moderna, quando sua linguagem aproximava-se da escultura de Mestrovic e de Maillol, sua apreensão dos volumes brancusianos, a influência art déco, até seus últimos trabalhos do final dos anos 40 e início dos 50, quando se debruçou sobre a temática marajoara e das lendas indígenas brasileiras.

A mostra **Herança Barroca**, de 1997, tinha por objetivo confrontar os diversos aspectos que a arte barroca assumiu em diversos pontos do país, sublinhar a importância daquele estilo na formação do olhar brasileiro e apontar permanências de formas e padrões daqueles tempos ainda nos dias de hoje. Reuniu obras do Rio



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eurídes Brito - PMDB

Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Goiás. Algumas obras foram naquele momento expostas pela primeira vez fora de seus locais de origem e cabe ressaltar a presença de obras do escultor goiano Veiga Valle e uma atribuída ao Aleijadinho.

Brasileiro que nem eu. Que nem quem? foi desenvolvida em 1998 pela cenógrafa Bia Lessa, a partir da frase de Mário de Andrade questionando qual é o perfil do brasileiro e os muitos aspectos que compreende a nossa identidade. Foi uma mostra interdisciplinar apresentando obras de arte, documentos, prataria, fotografias vindos de coleções de diversos museus brasileiros. Esses objetos montados em ambiente cenográfico apresentavam situações e propunham ao público situações interativas que propiciavam indagações sobre a sociedade e cultura brasileira.

Os volumes sintéticos, as linhas puras e a monocromia do mármore, marcaram a exposição de **Sérgio Camargo** de 1999, evidenciando a tendência construtiva na arte brasileira do século XX.

A exposição de 2000 privilegiou a linguagem fotográfica com a mostra **Fotografia do século XIX no Brasil. Coleção Pedro Correia do Lago**. Além de questões relacionadas às características da imagem como composição, luz e texturas, o conjunto apresentado permitiu a discussão de questões técnicas do meio utilizado. O grande número de autores apresentados favoreceu ao público a análise de diferentes modos de olhar e a variedade do repertório iconográfico apresentado possibilitou que fossem levantados aspectos de história, sociologia, usos e costumes, paisagem urbana e geografia.

Em 2001 o MAB apresentou ao público brasiliense outra faceta da escultura brasileira, por meio dos trabalhos em metal do escultor grego **Nicolas Vlavianos**, radicado em São Paulo há mais de quarenta anos. A mostra caracterizou-se pela ênfase em variações de escala dos trabalhos, sua relação com o espaço circundante e os vários resultados obtidos com o uso do mesmo material.

O centenário da investidura do Barão do Rio Branco como Ministro de Estado das Relações Exteriores foi celebrada pelo MAB-FAAP em 2002 com a exposição **Barão do Rio Branco, sua obra e seu tempo**. Procurou-se recriar no Palácio do Itamaraty, em Brasília um cenário alusivo ao seu congênere carioca, sede do ministério nos tempos de Paranhos Júnior. Por meio de obras de arte, objetos de época, caricaturas, peças de vestuário, brinquedos, fotografias, vídeos, música e documentos recriaram-se um pouco do Rio de Janeiro da Belle Époque, sua vida cultural, fatos históricos, personagens destacados preparando o visitante para conhecer uma sala dedicada à vida e obra do personagem título.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eurides Brito - PMDB

É de se ressaltar que todas estas exposições foram trazidas a Brasília pela nossa indicada a este Título, sem qualquer ônus para a Capital, divulgando o melhor da cultura, para um público ávido de conhecimentos, que é a população brasiliense.

Pelo que fez e tem feito em prol de Brasília, a Professora CÉLIA PROCÓPIO DE ARAÚJO CARVALHO, faz jus ao Título de Cidadão Honorário de Brasília.

Sala das Sessões, de fevereiro de 2003.

Deputada **EURIDES BRITO**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO**

19/02/03
Assessoria de Plenário

REQUERIMENTO N° _____ RQ 149/2003

(Da Sr^a Deputada Anilcéia Machado)

Requer a transformação da Sessão Plenária do dia 12/03/03 da Câmara Legislativa em Comissão Geral, para discutir o abastecimento de água potável nas comunidades de baixa renda e as residentes nos parcelamentos de solo urbano.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

De acordo com o art. 125 do Regimento Interno, requero que seja a sessão plenária do dia 12/03/03 desta Casa transformada em Comissão Geral para, discussão e encaminhamento de proposta de resolução do problema de abastecimento de água potável nas comunidades de baixa renda e as residentes nos parcelamentos de solo urbano no Distrito Federal.

Dep. Anilcéia Machado - GAB. 18 - SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília - DF
Fone: 348-8180 à 348-8186



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO**

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo trazer a discussão e encaminhamento de proposta de resolução sobre o problema de fornecimento e abastecimento de água potável pela CAESB às Comunidades de baixa renda e nos parcelamentos do solo urbano do Distrito Federal.

É importante destacar que o fornecimento de água tratada no Distrito Federal é de competência exclusiva da CAESB, e atualmente o abastecimento à população de baixa renda e as ocupantes nos parcelamentos de solo têm sido feitas através de carros pipa, com elevados custos e baixa eficiência de distribuição e também provenientes de poços artesianos que trazem a grande possibilidade de contaminação do lençol freático inclusive pelas fossas existentes, que, além de ilegais, constituem grande risco para a saúde pública e ambiental, contando que a existência e construções destes são de atuação clandestina o que constitui crime ambiental.

Contando ainda que nestas mesmas comunidades há hoje o fornecimento de energia elétrica executado pela CEB, que é o órgão legal e exclusivo para prestação deste serviço no Distrito Federal, e se, pode-se ser oferecido serviço de energia elétrica legalmente, também há solução para o fornecimento de água tratada pela CAESB a estas comunidades.

Pelos motivos acima narrados, requero a instauração da Comissão Geral para resolução de um problema de grande relevância social, contando com a participação de todos os Parlamentares dessa Casa, para que possamos juntos trazer ao Distrito Federal resoluções ao problema de fornecimento de água tratada às comunidades de baixa renda e dos parcelamentos de solo urbano, trazendo a estes o

Dep. Anilcéia Machado - GAB. 18 - SAIN - Parque Rural - 70086-900 - Brasília - DF
Fone: 348-8180 à 348-8186



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO

devido e tão esperado saneamento básico, fazendo valer os direitos constitucionais, tratando igualmente os desiguais, sem distinção de nível social.

Sala das sessões, em


ANILCÉIA MACHADO
PSDB


ARLETE SAMPAIO
PT


AUGUSTO DE CARVALHO
PPS

BENÍCIO TAVARES
PTB


CARLOS XAVIER
PTB


CHICO FLORESTA
PT

GIM ARGEILO
PMDB


IZALCI LUCAS
PFL

JORGE CAUHY
PFL


JOSÉ EDIMAR
PMDB

JÚNIOR BRUNELLI
PPB

LEONARDO PRUDENTE
PMDB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO

CHICO LEITE
PC do B

ODILON AIRES
PMDB

CHICO VIGILANTE
PT

PAULO TADEU
PT

ELIANA PEDROSA
PL

PEDRO PASSOS
PTB

ÉRIKA KOKAI
PT

PENIEL PACHECO
PSB

EURÍDES BRITO
PMDB

RÔNEY NEMER
PTB

FÁBIO BARCELOS
PL

JOÃO DE DEUS
PPB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

19/0203

Assessoria do Plenário

REQUERIMENTO NQ RQ 150/2003 (Do Sr. Deputado Pedro Passos e outros)

Requer tramitação em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar apresentado no dia 13 de fevereiro de 2003 (Dispõe sobre a alienação, por interesse social, de imóveis públicos do Distrito Federal, administrados pela Companhia Imobiliária de Brasília e localizados em áreas de parcelamento do solo passíveis de regularização).

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos à Vossa Excelência - nos termos do art.145, inciso XVI, do art. 135, inciso III, alínea "I" e do art. 164 do Regimento Interno - a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar de 13 de fevereiro de 2003 (Dispõe sobre a alienação, por interesse social, de imóveis públicos do Distrito Federal, administrados pela Companhia Imobiliária de Brasília e localizados em áreas de parcelamento do solo passíveis de regularização), de autoria do Deputado Pedro Passos e outros.

JUSTIFICAÇÃO

É imprescindível que o seguinte PLC, protocolado nesta Casa no dia 13 de fevereiro de 2003, tramite em regime de urgência, por tratar-se de uma iniciativa que visa ao bem-comum de milhares de moradores do Distrito Federal. Recentemente, a imprensa local noticiou a derrubada de várias casas no Condomínio Hollywood, localizado no setor Taquari, o que prova a ineficiência das leis vigentes relacionadas à questão fundiária no DF. A matéria "Visitas guiadas ao Taquari", da edição do Jornal Correio Braziliense do dia 13 de fevereiro, mostra que a intervenção do Legislativo é extremamente importante. Sem a atuação dos parlamentares da Câmara Legislativa, outras famílias que vivem hoje em condomínios irregulares, passarão pelo mesmo constrangimento ao ver, na maioria das vezes, o-seu único imóvel no chão ou, ainda, nas mãos de outro comprador.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Este Projeto de Lei Complementar, a par do relevante papel social de que se reveste para a comunidade brasiliense, teve a sua elaboração pautada pela intensa participação da sociedade, ouvidos os representantes dos condomínios instalados no Distrito Federal, bem como contou com a contribuição de renomados juristas, especialistas neste campo do direito, para que esta Casa, por meio da função que lhe é atribuída, dê uma solução definitiva para os problemas fundiários. Além disso, faz-se necessário entregar à sociedade um instrumento sólido e consistente, ou seja, uma lei que assegure o direito à moradia para esta parcela da população.

O presente Projeto de Lei Complementar não pretende, simplesmente, entregar lotes a quaisquer oportunistas ou especuladores, e, por isto, normas gerais estão sendo propostas, compatíveis com a realidade local, estipulando condições mínimas a serem exigidas e observadas, tais como tempo de ocupação, efetiva moradia, comprovação da aquisição em prazo estabelecido nesta Lei e inexistência de outro imóvel em seu patrimônio, apresentação do respectivo instrumento público ou particular, celebrado com o empreendedor ou suposto proprietário.

No caso, o objetivo deste PLC é assegurar o DIREITO DE PREFERÊNCIA em iguais condições dadas aos adquirentes de imóveis funcionais, para as famílias que ocupam lotes localizados em áreas públicas no Distrito Federal, e que não sejam proprietários de outro imóvel residencial ou rural no perímetro da nossa Capital.

De fato, a Constituição Federal, no inciso XXI do artigo 37 insculpiu cláusula ressaltando a capacidade do Estado de laborar, considerando os interesses sociais, e não estando o mesmo subjugado a cumprir, apenas, as cláusulas económicas, tal como ocorreu com a infeliz iniciativa da TERRACAP quando, em nome do princípio da isonomia assecuratória da igualdade de tratamento entre todos os concorrentes, permitiu que grandes empresas e até mesmo pessoas físicas participassem do processo de licitação relativo ao Edital nº 20/2002 e adquirissem grandes quantidades de lotes de terrenos para fins meramente especulativos.

Não poderá o legislador ignorar tais fatos sob pena de perpetrar-se grave injustiça contra aqueles adquirentes que, embora despendendo suas economias para a aquisição de um lote, onde construiriam a casa própria, ver-se-iam alijados do processo de titulação, por terem trilhado o caminho da regularização prévia, tantas vezes anunciado pela administração pública, como também por diversos diplomas legais.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Durante os últimos anos foi feita a **promessa da venda direta** para a regularização dos condomínios localizados em áreas públicas, implantados ou não, e cujos processos já tramitam nos órgãos governamentais, haja vista a determinação do Governo do PT em aprovar a Lei 954/95.

O PLC em questão, não dispensa a licitação pública, apenas, em conformidade com a ressalva contida no artigo 37, XXI, da CF e nos termos do artigo 17, inciso I, alínea T, da Lei Federal n. 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública **dispensa da concorrência** aqueles licitantes que preenchem as condições previstas neste projeto. Não violará, portanto, normas constitucionais à disposição legal que permita a alienação de terras públicas sem o concurso licitatório.

Esta é a reivindicação de milhares de brasilienses que depositaram sua confiança nos governantes e administradores, e outorgaram a nós, seus representantes e mandatários, o **PODER/DEVER** de elaborar instrumentos legais compatíveis com a realidade social da comunidade e que sirvam como meios eficazes para a consecução dos princípios e direitos sociais impressos na Constituição Federal.

O projeto de lei complementar tem por finalidade trazer à luz o arcabouço legal vigente que não poderá, a nenhum pretexto, em pleno regime democrático e de estado de Direito, ser ignorado ou desobedecido por entes que integram a Administração Direta do Distrito Federal e que, com suas metas políticas e sociais, hão de estar em harmonia.

Independentemente das questões técnicas, jurídicas e políticas relativas a sua regularização, os condomínios horizontais no DF são, hoje, um fato irreversível. Estima-se que atendem à **necessidade de moradia de aproximadamente meio milhão de pessoas.**

Por tudo isso, a Câmara Legislativa do Distrito Federal deve, urgentemente, assumir o controle do ordenamento territorial, fazendo uso das suas atribuições previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Distrito Federal, com vistas ao desenvolvimento da cidade que há de estar direcionado ao atendimento dos legítimos anseios da população por moradia, aos interesses coletivos sobretudo como forma de preservar a qualidade de vida no Distrito Federal.

A aprovação deste projeto é, acima de tudo, uma questão de justiça para com uma parcela significativa da nossa sociedade. é nossa obrigação como deputados honrarmos os votos que recebemos, propiciando à população do



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Distrito Federal condições de vida dignas. acesso à moradia e melhorias na qualidade de vida do povo do nosso querido Distrito Federal.

Por tratar-se de uma iniciativa que visa ao bem-estar imediato de muitos cidadãos do Distrito Federal, e visto que, a resolução do problema se tornou urgente, julgamos oportuno que o presente Projeto de Lei Complementar (Dispõe sobre a alienação, por interesse social, de imóveis públicos do Distrito Federal, administrados pela Companhia Imobiliária de Brasília e localizados em áreas de parcelamento do solo passíveis de regularização) seja apreciado em regime de urgência pelos nobres pares.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2003.


Deputada Anilcéia Machado

Deputada Ariete Sampaio

Deputado Augusto Carvalho

Deputado Benício Tavares


Deputado Carlos Xavier

Deputado Chico Floresta

Deputado Chico Leite

Deputado Chico Vigilante


Deputada Eliana Pedrosa

Deputada Eriça Kokay

Deputada Eurídes Brito


Deputado Fábio Barcellos

Deputado Gim Argello


Deputado Izalci Lucas


Deputado João de Deus


Deputado Jorge Cauby


Deputado José Edmar

Deputado Júnior Brunelli

Deputado Leonardo Prudente

Deputado Odilon Aires

Deputado Paulo Tadeu


Deputado Pedro Passos

Deputado Peniel Pacheco


Deputado Rôney Nemer

Em 19/02/03
Assessoria de Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RQ 151/2003

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Leonardo Prudente)

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do DF.

Nos termos do Art. 137, do Regimento Interno desta Câmara Legislativa, requiro a Vossa Excelência a tramitação normal das seguintes proposições:

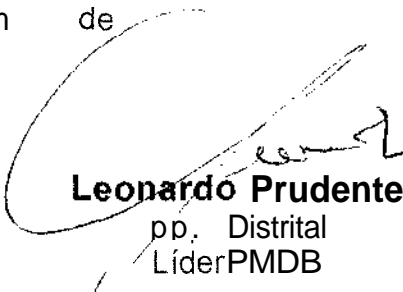
Projetos de Lei:

2712/2001	2805/2002	2894/2002
1902/2002	2807/2002	2895/2002
2748/2002	2808/2002	2896/2002
2749/2002	2831/2002	2897/2002
2750/2002	2832/2002	2898/2002
2771/2002	2855/2002	2901/2002
2777/2002	2856/2002	2920/2002
2778/2002	2857/2002	2921/2002
2779/2002	2858/2002	2922/2002
2780/2002	2859/2002	2923/2002
2781/2002	2868/2002	2924/2002

JUSTIFICAÇÃO

Esta solicitação de tramitação normal tem por objetivo dar continuidade às proposições listadas, anteriormente, a fim de serem apreciadas na forma prevista no Regimento Interno.

Sala das Sessões, em de de 2003.


Leonardo Prudente
pp. Distrital
Líder PMDB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eliana Pedrosa

REQUERIMENTO N°
 (Da Deputada Eliana Pedrosa)

RQ 152 /2003

ELIB
 19/02/03
 Assessoria de Plenário

Requer à Comissão de Assuntos Sociais que formalize convite ao representante da concessionária de serviços públicos denominada "Campo da Esperança Serviços Ltda.", a comparecer na reunião em que será ouvido o Secretário de Ação Social sobre a atual situação dos cemitérios públicos do Distrito Federal.

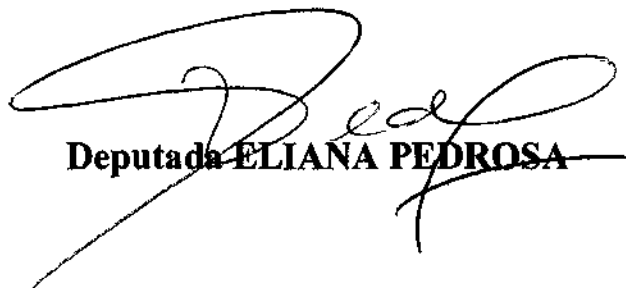
Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais:

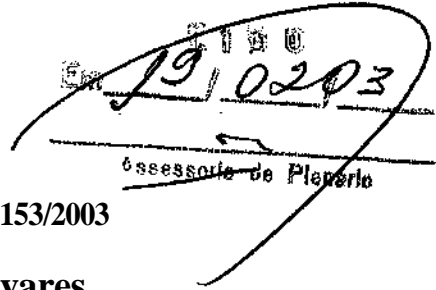
Nos termos dos incisos VI e XII do art. 56 do regimento Interno desta Casa, a deputada subscrita requer a formalização de convite ao Senhor **Francisco Moacir Pinto Filho**, representante da empresa Campo da Esperança Serviços Ltda., concessionária de serviços públicos na manutenção dos cemitérios do Distrito Federal, para estar presente no dia e hora em que o Secretário de Ação Social comparecer à Comissão de Assuntos Sociais para prestar informações sobre o atual quadro em que se encontram os cemitérios públicos locais.

JUSTIFICATIVA

Em função da convocação do Secretário de Ação Social, o qual comparecerá à Comissão de Assuntos Sociais para prestar informações sobre o atual quadro em que se encontram os cemitérios públicos do Distrito Federal, e considerando a importância do depoimento do concessionário na elucidação de matéria que é da competência desta Comissão, julgamos oportuna a formalização do convite que ora estamos requerendo.

Sala das Comissões, em


Deputada ELIANA PEDROSA



RQ 153/2003

Requerimento n.º.
Autor: Deputado Benício Tavares

"Requer realização de Sessão Solene em comemoração aos 30 anos da Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA"

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho requerer a realização de Sessão solene, no dia 30 de outubro de 2003, às 18 horas, em comemoração aos 30 anos de fundação da FIBRA.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem o objetivo de viabilizar a realização de Sessão Solene em comemoração aos 30 anos da FIBRA - Federação das Indústrias do Distrito Federal.

A FIBRA, uma entidade sindical de representação industrial, congrega onze sindicatos e posiciona-se como entidade essencial na formulação de planos, programas e projetos de desenvolvimento sócio-econômico do DF. O Sistema FIBRA, com seus serviços sociais autônomos, torna-se instrumento fundamental para a valorização do industriário e seus dependentes, que têm acesso à formação profissional através do SENAI e ao ensino básico, esporte, saúde, alimentação e lazer, pelo SESI.

Pelo importante trabalho que vem desenvolvendo à frente das indústrias do Distrito Federal, solicito aos nobres parlamentares, o apoio necessário à aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões

Deputado BENÍCIO TAVARES
PTB/DF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2 - PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO PEDRO PASSOS, líder do PTB.

- Parabeniza o Deputado João de Deus, a quem admira pela **postura**, espontaneidade, sinceridade e coragem.

- Faz ressalva a matéria publicada na *Tribuna do Brasil*, cujo título informa que este Deputado criticou o Deputado Odilon Aires e explica que fez crítica aos certificados de regularização, não ao colega parlamentar.

- Esclarece que as proposições que apresentou acerca da regularização e venda de áreas públicas não estão voltadas para interesses pessoais, mas para o das associações de condomínios que o procuraram.

- Pede aos pares que discutam a questão dos condomínios de maneira mais ampla e transparente, em comissão que inclua membros da Casa, do Ministério Público, da OAB e da comunidade.

- Acrescenta que a solução para o problema dos loteamentos depende de se resolver a questão fundiária na Capital.

- Declara que elaborará projeto de decreto legislativo visando a suspender a licitação do Condomínio Hollywood, pois a área foi embargada pelo Ibama e não teve os índices de ocupação aprovados pela CLDF.

- Afirma que a solução do problema trará tranquilidade aos moradores locais e melhorará a imagem da Casa, solicitando aos pares que apoiem os moradores locais.

- Repudia a atuação do Ministério Público do DF, que afirma estar prevaricando por não tomar as medidas necessárias ao cumprimento das leis fundiárias em relação ao Condomínio Hollywood.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO **CHICO LEITE**, líder do Bloco Independente.

- Aborda a questão dos condomínios e cita os dois setores envolvidos na questão fundiária no DF: o do estelionato e o dos cidadãos que reivindicam o direito à moradia.

- Salaria que este Deputado e o bloco que representa optam pelo segundo setor e pelo respeito à lei e aos que foram ludibriados pelos estelionatários que integram o Governo.

- Relata manifestação, ontem, relativa ao Condomínio Hollywood, tratando da assinatura de certificado de regularização por parlamentar da Casa e do pronunciamento da líder do Governo, que defendeu a legalidade das medidas da TERRACAP.

- Ressalta que nenhum parlamentar governista explicou o fato de se haver dispensado a licitação para aquele condomínio.

- Declara que o problema fundiário só será resolvido se for criada uma comissão especial para estudos e debates sobre o tema, sendo levadas sugestões ao plano federal.

- Afirma que o Bloco Independente trabalhará para resolver as questões coletivas, não os interesses individuais ou partidários.

- Enfatiza a necessidade de se parar de fazer dos instrumentos legislativos da Casa simples moedas eleitorais, instrumentos de estelionato, deixando-se de acusar o Ministério Público do DF, a polícia e os cidadãos de bem para prender os grileiros e reaver o dinheiro ganho ilicitamente por estes.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA EURIDES BRITO, líder do Governo.

- Cumprimenta o Deputado João de Deus e elogia o seu trabalho à frente de comissões desta Casa.
- Lamenta a ausência do Deputado Wigberto Tartuce, que muito poderia contribuir para a CLDF.
- Esclarece que a Lei nº 1.823, de 1998, que regularizou o Setor Habitacional Taquari, tratou do problema dos índices de ocupação do condomínio.
- Tece comentários sobre a licença ambiental concedida pelo Deputado Chico Floresta, quando Secretário do Meio Ambiente, para que fossem tomadas as providências relacionadas ao Condomínio Taquari.
- Ressalta que a licença se encontra no IBAMA a fim de ser renovada, o que caracteriza precedente em relação a uma atual licença ambiental.
- Destaca que somente o Poder Judiciário pode suspender a licitação da TERRACAP relativa àquele setor habitacional.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE, líder do PT.

- Aborda a situação caótica no sistema de saúde do Distrito Federal.
- Relata várias irregularidades da atual direção do Hospital Regional de Brazlândia, citando, entre elas, a extinção dos serviços de cirurgia pediátrica, ortopedia, dermatologia, psiquiatria e cardiologia, a redução do número de cirurgias ginecológicas e o aproveitamento ilegal de horas extras por servidores comissionados.
- Cita o nome das três vítimas que, em consequência do descaso, morreram no referido hospital, respondendo os médicos responsáveis a processo no Ministério Público.
- Propõe a convocação, pela CLDF, do ex-Secretário de Saúde e do atual Secretário de Saúde do Governo Roriz a fim de que esclareçam os problemas de saúde pública no Distrito Federal.



**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL**

2.2 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT)

- Elogia o pronunciamento do líder da bancada do PT, Deputado Chico Vigilante, quanto às denúncias de irregularidade no Hospital Regional de Brazlândia.

- Anuncia a apresentação de requerimento da Comissão de Saúde e Educação solicitando a convocação do Secretário da Saúde para prestar esclarecimentos acerca das providências tomadas na atual gestão.

- Lamenta a não aplicação, pelo GDF, da Lei de autoria do Deputado Peniel Pacheco que beneficia os pacientes diabéticos.

- Destaca o resultado da auditoria operacional realizada pelo TCDF no atendimento ambulatorial da Secretária da Saúde, que demonstra os desmandos da saúde pública do Distrito Federal.

- Cita estudo realizado pelo sanitarista Silvain Levy, segundo o qual apenas 1,8% dos serviços realizados em rede privada consomem 12,3 das receitas orçamentárias do SUS.

- Defende uma discussão ampla a fim de evitar o desmantelamento da rede pública de saúde.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB)

- Declara que o problema da saúde no Distrito Federal é consequência de problemas conjunturais nacionais, não devendo ser tratado isoladamente como questão local.

- Afirma que não pretende descaracterizar nenhuma observação feita pelos parlamentares sobre a saúde pública, pois a fiscalização representa obrigação dos mesmos, assim como da população.

- Acrescenta que o problema relativo à área da saúde verificado no DF é o mesmo de todas as grandes cidades brasileiras.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB)

- Comenta notícia da imprensa local a respeito do encaminhamento, ao STJ, pelo Governador, da documentação solicitada por aquele órgão, referente à quebra do sigilo bancário e telefônico do Chefe do Executivo local.

- Frisa que, na hipótese de haver demora do Tribunal para apresentar decisão, o funcionamento da máquina administrativa será afetado e relata algumas preocupações referentes a essa possibilidade.

- Analisa as situações hipotéticas de inocência ou condenação do Governador Roriz pelos tribunais superiores.

- Conclama aos pares e à população para que defendam uma decisão rápida nos processos em que se encontra envolvido o Governador.



**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL**

3 - GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT)

- Lê publicação do DODF de 18 de fevereiro de 2003, que considera grave, a respeito de pedido de contratação de agência de publicidade, sem licitação, para defender os deputados da Casa.

- Considera inaceitável a prática de publicidade paga pela CLDF e frisa que os parlamentares não foram consultados a respeito desse gasto de dinheiro público, que denigre a imagem da Câmara.

APARTE DA DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB)

- Concorda com o posicionamento do Deputado Chico Vigilante e pede à Mesa Diretora a relação dos gastos efetuados pela Câmara Legislativa.

- Avalia que a Casa se encontra sucateada e que a Mesa Diretora se tem revelado omissa.

- Cita irregularidades administrativas da CLDF e repudia o ocorrido.

- Discorda das medidas tomadas na condução da Casa e declara que apresentará requerimento solicitando informação relativa aos gastos e aos planos de gastos da instituição.



**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL**

APARTE DO DEPUTADO PAULO TADEU (PT)

- Afirma desconhecer a existência de licitação para a publicidade da Casa.

- Declara não aceitar que a CLDF firme contrato de aproximadamente 8 milhões de reais sem licitação.

- Julga que a melhoria da imagem da Câmara Legislativa depende da mudança de cultura institucional, e não de propaganda.

- Salaria a necessidade de serem divulgados os aspectos positivos da instituição e lamenta que a face exposta seja sempre a negativa.

- Ressalta que a cultura legislativa criticada atualmente não surgiu agora, mas é processo que data de pelo menos 10 anos, acrescentando que o PT sempre denunciou as posturas contrárias à lei.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT)

- Frisa que o primeiro critério a ser estabelecido na CLDF é o respeito interpartidário, assim como ocorre no Congresso Nacional.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

APARTE DA DEPUTADA ELIANA PEDROSA (sem partido)

- Concorda que as relações na Casa devam ser pautadas pelo respeito.

- Informa à Deputada Anilcéia Machado que é novata na Câmara e na política, e salienta que, no mês de janeiro, trabalhou normalmente, assim como outros parlamentares, para fazer juz ao subsídio mensal, o que julga correto.

- Coloca a Diretoria Administrativo-Financeira à disposição da Deputada Anilcéia Machado.

- Lembra aos parlamentares a necessidade de zelarem pela Casa que representam.

- Pede aos pares que confirmem as informações antes de as trazerem ao Plenário, a fim de não criar falsas imagens negativas da Câmara.

- Afirma que a imputação à Mesa Diretora desta Casa de iniciativa de contrato sem licitação e da situação atual da CCJ é fruto do desconhecimento dos fatos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT)

- Propõe à Segunda Secretaria que exponha na Internet a execução orçamentaria da Casa.

- Julga que a CLDF tem quadro qualificado e número de funcionários suficiente para que as informações da instituição sejam atualizadas na rede.

- Declara que a imagem deste parlamentar é fruto de trabalho e comportamento, sendo desnecessária a sua defesa por terceiros.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PL)

- Informa ter solicitado ao Governador Roriz o encaminhamento à Casa de projeto que retirava da CLDF a competência para legislar sobre terras no DF, a fim de coibir os abusos praticados.

- Salaria que os novos parlamentares perderam, dessa forma, o direito de legislar sobre uma questão justa devido a erros cometidos nessa área por legislaturas passadas.

DEPUTADO CHICO LEITE (PC do B)

- Avalia que as urnas refletiram o desejo da população de mudança na Câmara Legislativa, para que esta, de um balcão de negócios e casa de acobertamento de interesses escusos, se transformasse em fórum de debates, com transparência, acordos cumpridos e respeito entre os parlamentares.

- Afirma que a situação e a oposição se uniram em defesa da imagem da Casa para que esta se modificasse, beneficiando, assim, a população do DF.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

APARTE DO DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB)

- Preocupa-se com o tom dos pronunciamentos das últimas sessões e julga que os pronunciamentos autofágicos do Poder Legislativo decorrem de não haver, no momento, matéria para votação.

- Concorda que o Legislativo deve passar por reformas, a começar pelos votos em Plenário, mas ressalta a necessidade de se discutirem questões relevantes para a população.

- Parabeniza o líder do Bloco Independente, Deputado Chico Leite, e apela aos pares para que mostrem que tipo Legislativo tomou posse em janeiro passado.

DEPUTADO CHICO LEITE (PC do B)

- Afirma que este Deputado já defendia a transparência do processo legislativo desde a posse, visando a mostrar à cidade que é possível construir.

- Declara que os integrantes da atual Mesa Diretora anunciaram a situação caótica encontrada e propõe a realização de debates acerca dos assuntos polêmicos.

- Julga que as decisões devem ser tomadas de maneira colegiada e frisa que o aprimoramento da Casa será concretizado por trabalho e discussões francas, não por intermédio de arroubos e de publicidade.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PTB)

- Esclarece à Deputada Anilcéia Machado ter presenciado reuniões de liderança na CLDF, antes de assumir o mandato de deputado, com o intuito de conhecer o funcionamento da Casa.



**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL**

APARTE DO DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PPB)

- Solidariza-se com o Deputado Rôney Nemer, que ocupa a tribuna, para responder ao pronunciamento da Deputada Anilcéia Machado.
- Orgulha-se por defender o Governador Roriz.
- Afirma haver na Casa parlamentares que se aproveitam do conflito pessoal enquanto deveriam trabalhar em prol da sociedade brasileira.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PTB)

- Surpreende-se com as nomeações para a Comissão de Constituição e Justiça sem o conhecimento deste Deputado.
- Reivindica da Mesa Diretora, em relação às contratações, o cumprimento do acordo prévio.

APARTE DO DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT)

- Considera absurdas as nomeações publicadas no DODF para a CCJ sem o conhecimento do Presidente da Comissão e coloca a bancada do PT à disposição do Deputado Rôney Nemer.



**CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL**

4 - COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

- Informa ao Primeiro-Secretário da Casa, Deputado Paulo Tadeu, já ter encaminhado ao Setor de Recursos Humanos a listagem dos servidores efetivos na CCJ, a fim de se proceder à lotação dos mesmos na referida Comissão.

- Informa que, por acordo com o Presidente da CCJ, terá início amanhã a votação dos vetos que constam da Ordem do Dia, sendo o relatório da Comissão apresentado em Plenário.

5 - ENCERRAMENTO


Presidente (Deputada Ariete Sampaio):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

(InNiCr).

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.


Convido o Deputado Izalci Lucas a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO GIM ARGELLO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO GIM ARGELLO (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, encontra-se na sala do cafezinho um grupo de pequenos empresários do Distrito Federal, revendedores de motocicletas. Parece-me que esta é a décima vez que eles vêm à Câmara Legislativa solicitar a apreciação da mensagem do Poder Executivo que reduz a base de cálculo do ICMS para motocicletas no Distrito Federal. E por que eles estão insistindo, vindo aqui e fazendo esse apelo na Casa do povo? Porque a diferença do preço de uma moto de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) aqui no Distrito Federal, sem a redução da base de cálculo, fica entre R\$ 500,00 (quinhentos reais) e R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Deputado João de Deus, V.Exa. tem interesse nisso, porque é autor do projeto referente aos moto-táxis. Informo que, dessa forma, eles não estão conseguindo concorrer com os do Estado de Goiás. Há mais de 60 dias eles estão perdendo clientes para aquele estado e, além disso, estão demitindo funcionários por isso. Nesta Casa, sempre incentivamos o desenvolvimento e a geração de empregos. Agora estamos trabalhando de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	2

forma diferente devido a nossa demora. Não estamos dando resposta, na rapidez necessária, aos projetos que já foram enviados pelo Executivo. A Câmara Legislativa não está respondendo à altura.


Solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que coloque o projeto em votação o mais breve possível. Solicito a todos os Parlamentares que se posicionem, contrariamente ou não ao projeto. O que não pode acontecer é deixarmos de lado esses pequenos empresários, que se encontram à beira do desespero, perdendo suas empresas e mandando seus funcionários embora. Solicito a sua assessoria que coloque esse projeto em pauta e que se designem relatores, para que seja votado. Estamos falando de pessoas da nossa cidade, de pequenos empresários de Brasília que realmente necessitam da apreciação desse projeto. Não podemos ficar retardando isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Deputado Gim Argello, entendemos a reivindicação dos proprietários de concessionárias de motos. Estudaremos o assunto e, ainda nesta sessão, tentaremos discutir a questão.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PPB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que solicite aos Parlamentares que venham para o plenário trabalhar ou então que determine o corte dos Deputados que não estão aqui. Temos de discutir uma série de coisas, e, pelo que vejo, esta Casa se encontra parada há quase um mês. Tenho interesse no projeto

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	3	

referente aos moto-táxis. Quero discutir com os nobres pares a questão dos moto-táxis, que gerarão emprego no Distrito Federal.

Sr. Presidente, tenho conhecimento de que alguns vetos estão sobrestando a pauta. Portanto, faço um apelo a V.Exa. e aos Parlamentares presentes, Deputado Izalci Lucas, Deputado Gim Argello, Deputado Chico Vigilante, Deputado Pedro Passos, Deputada Eurides Brito e Deputada Aríete Sampaio, para que votemos logo esses vetos. Faço também esse apelo ao meu companheiro de partido Deputado Brunelli, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, inclusive para tentarmos equacionar o problema desses pequenos empresários, que estão demitindo pessoas e fechando as suas lojas. A Câmara está parada.

Esse é o apelo que faço a V.Exa. e aos demais Pares, para que possamos honrar os nossos mandatos, trabalhando em prol da sociedade brasiliense.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Ata da sessão anterior.

(Leitura da Ata da sessão anterior.)


É lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

- Ata da 7ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (PPB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero prestar um esclarecimento.

 CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	4

Eu estou passando o relatório administrativo da Comissão de Constituição e Justiça às mãos de alguns Deputados que ainda não tinham tido acesso a ele, para que S.Exas. se esclareçam de tudo o que está contido nele.

Agradeço a esta Presidência por ter envidado esforços para nos ajudar com toda a presteza e urgência a fim de que a nossa Comissão pudesse fazer ofícios e ter material de expediente, enfim, desse celeridade ao processo normal.

Assim que aquilo que foi discutido na reunião da Mesa Diretora estiver formalizado normalmente, com todo o bom grado e de acordo com as nossas atribuições, faremos o que for melhor para esta Casa: colocar em votação as legislações pertinentes.

Também ofereço à Mesa Diretora o relatório da CCJ, para que ele conste dos Anais desta Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O DEPUTADO BRUNELLI :



MEMO 004/CCJ/03.

Brasília, 18 de fevereiro de 2003.

Da: Comissão de Constituição e Justiça.
Para: Ao Presidente da CLDF


Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência relatório circunstanciado lido e votado nesta CCJ, em 18 de fevereiro de 2003, que informa a situação que se encontra esta Comissão.

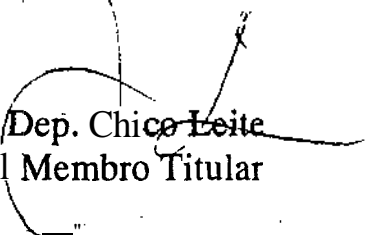
Informo ainda que foi decidido nesta Reunião Extraordinária, que enquanto perdurasse esses problemas não serão remetidos ao Plenário as proposições.


Atenciosamente,

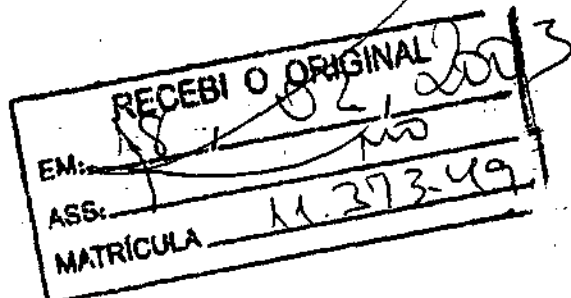

Dep. BRENELLI
Presidente


Dep. Eurides Brito
Vice-Presidente


Dep. Roney Nemer
Membro Titular


Dep. Chico Leite
I Membro Titular


Dep. Chico Vigilante
Membro Titular





Relatório Administrativo da CCJ

1 - Histórico:

No dia 11 de fevereiro de 2003 foram eleitos os membros das Comissões dando cumprimento ao Regimento Interno e aos andamentos dos trabalhos legislativos desta **Casa**, ocasião em que fomos eleitos Presidente da Comissão de Constituição de Justiça.

No dia 12/02 estivemos nas instalações da CCJ às 08:00 horas da manhã e constatamos que a mesma estava fechada. Fomos informados pelo serviço de segurança que esta só abriria a partir das 14:00 horas. **Mediante** isto solicitamos ao nosso chefe de gabinete que convocasse uma reunião com os **funcionários** da comissão para conhecer em detalhe as estruturas de pessoal, expediente, de patrimônio e legislativos.

A reunião foi iniciada às **10:00** horas do dia 14 de fevereiro, contando com a presença dos seguintes funcionários:

- **Maurício** Pinto Cauchioli, Assistente Legislativo / Informática;
- Pedro Duarte, Assessor Técnico Legislativo / Revisor;
- Sabino Vasconcelos, Auxiliar Legislativo / Contínuo;
- **Solange Nazareth** Ferreira Sampaio, Técnico Legislativo / Secretário
- Mareei da Glória **Pereira**, Advogado (GDF/SGA) / à disposição da CCJ;
- Esmeraldino Henrique da **Silva**, Professor (GDF/SE) / à disposição da CCJ;
- Ademir Soares, CBM-DF / à disposição da CCJ;

Constatamos um total descaso e desorganização quanto à função meio, não existindo organograma funcional, manual de atribuições, material de expediente, falta de conservação do **patrimônio**, inclusive o **sucateamento** dos equipamentos de informática e a falta de manutenção do espaço físico. Quanto à função fim, constatamos a inexistência de catalogação das proposições, trazendo **dificuldades** para dar seguimento aos trabalhos da comissão.



2- Exposição:

Diante do exposto e sendo também um **profissional** nas áreas de administração e direito, apontamos abaixo os problemas que encontramos **nesta** Comissão e apresentamos soluções mínimas que possam resgatar a credibilidade e o respeito desta Casa.

2.1 - Situação Atual:

2.1.1 - Função Meio: (Administrativa)

2.1.1.1- Pessoal:

A estrutura da CCJ contempla doze cargos comissionados distribuídos a diversos Deputados, sendo que a maioria não foram nomeados e treze cargos de natureza permanente, sendo que um servidor foi exonerado, outro se aposentou, dois não tomaram posse no cargo, uma vaga não foi autorizada sua abertura e cinco servidores estão com lotação provisória em outras unidades orgânicas desta **Casa**, restando, portanto, apenas três servidores da C.LDF para desenvolver as atribuições desta comissão. Conta também a Comissão com dois servidores do GDF à disposição, sem serem contemplados com gratificação. Há ainda dois servidores com lotação provisória nesta CCJ, conforme quadros anexos 01 e 02.

2.1.1.2- Material

2.1.1.2.1- Expediente

Detectamos a falta de material **de** expediente, especialmente disquete, **tonner** e cartucho para as impressoras e fax.

2.1.1.2.2- Permanente

Percebeu-se a falta de mesas próprias para impressoras e computadores, armários e escaninhos adequados para a guarda das proposições e ainda a inexistência de ventiladores ou aparelho de **ar-condicionado**.

2.1.1.3- Informática

2.1.1.3.1 - Hardware (Equipamentos)

Foram encontrados cinco computadores, sendo que três **não** atendem às necessidades desta comissão, pois estão muito lentos para a navegação na própria intranet da Casa e travam em vários momentos, além de só possuir uma impressora para atender todo o trabalho da Comissão.

2.1.1.3.2 - Software (Programas)

Observamos dificuldades no sistema usado para conseguir totalizar e acompanhar proposições que estão com carga para a CCJ, **dificultando**



assim o atendimento aos pedidos de informações que aqui chegam. Por exemplo, **não** é possível saber quantas proposições estão na CCJ, separadas por temas.

2.1.1.4 - Espaço Físico

De aparência **precária**, faltando vidro nas divisórias, iluminação deficiente, **limpeza** inexistente, persianas danificadas e sendo necessário fixar mais pontos de energia.

2.1.2 - Função Fim: (Legislativo)

2.1.2.1 - Proposições:

Além do acúmulo de proposições desde 1992, verificamos a imprecisão no quantitativo e a falta de critério para distribuição.

2.1.2.2 - Atas:

Não foi encontrada pasta de arquivo das atas das reuniões. Não tem controle. Observamos apenas que a última reunião ocorreu em junho de 2002.

2.1.2.3 - Recursos

Não foi encontrado arquivo com os textos dos recursos legislativos. Não verificamos a existência de nenhum tipo de controle.

2.1.2.4 - Vistas

Falta também um sistema de controle dos pedidos de vistas.

2.1.2.5 - Emendas

Não existe **também** controle de possíveis emendas apresentadas.

2.1.2.6 - Despachos

Para nossa surpresa as proposições eram distribuídas por intermédio de despacho elaborado e assinado por servidor sem observar as prerrogativas **atribuídas** ao Presidente na forma do inciso XIII Art 78 do RI da CLDF.

Desta **forma**, estamos propondo uma nova dinâmica que não deveria ser novidade, ante o trabalho continuado desta comissão.



2.2- Situação Proposta:

2.2.1 - Função Meio: (Administrativa)

2.2.1.1- Pessoal:

Propomos o retorno dos cinco funcionários que estão com lotação provisória em outros setores desta Casa. Sugerimos também que sejam liberados pela **Assessoria Legislativa**, dois Assessores Legislativos para agilizar a análise e a elaboração dos pareceres nesta Comissão, bem como **definir** as atribuições de cada servidor, conforme quadro anexo 03 e 04.

2.2.1.2- Material

2.2.1.2.1- Expediente

Pedimos providências imediatas quanto ao suprimento de material para dar andamento satisfatório aos trabalhos, principalmente na compra imediata de cartucho e **tonner** para a impressora e fax.

2.2.1.2.2- Permanente

Propomos a imediata compra ou confecção de armários, mesas, escaninhos e ventiladores ou aparelho de **ar-condicionado**.

2.2.1.3- Informática

2.2.1.3.1 - Hardware (Equipamentos)

Reivindicamos que sejam efetivados reparos imediatos nos equipamentos com defeitos (três computadores) ou suas substituições por outros de modelos mais novos e também que seja feita manutenção preventiva e **corretiva**. Constatamos ainda a necessidade de mais uma impressora.

2.2.1.3.2 - Software (Programas)

Aquisição ou elaboração de sistema de informática que contemple a pesquisa de proposições com carga para a CCJ por **tema/indexação**.

2.2.1.4- Espaço Físico

Aquisição ou recuperação das persianas, colocação de vidros nas divisórias e instalação de mais pontos de **energia**, bem como pintura geral.

2.2.2 - Função Fim: (Legislativo)

2.2.2.1 - Proposições:

Faz-se necessário um mutirão para análise **acurada**, processo a i processo, recomendando as providências e observando o **art. 138** do RI. (arquivar, **emitir** parecer ou distribuir para o **relator**...)



2.2.2.2 - Atas:

Necessidade urgente da abertura de pasta e controle das atas das reuniões das comissões, com as mesmas sendo arquivadas em ordem cronológica.

2.2.2.3 - Recursos

2.2.2.4 - Vistas

2.2.2.5 - Emendas

Nos três casos **acima**, propomos providência imediata no sentido de ser estabelecido um controle rígido e **eficaz** de forma a subsidiar os membros da CCJ em suas votações e deliberações.

2.2.2.6 - Despachos

Foi determinado que doravante as proposições sejam **distribuídas** exclusivamente pelo Presidente da CCJ.

3 - Conclusão:

Devido ao verdadeiro caos em que se encontra esta Comissão e a necessidade de serem definidas as atribuições de cada servidor; de elaboração de um organograma interno; de um manual de **atividades**; e da rotina das sessões, propomos o retorno dos servidores que estão com lotação provisória em outras unidades a esta Comissão e, o saneamento dos problemas relacionados nos item 2.2, com seus respectivos subitens.

Em razão desta completa falta de condições de trabalho na CCJ, propomos ainda que a mesma só retorne ao seu funcionamento normal e regular dentro de quinze dias.

É o relatório.

Brasília, 17 de fevereiro de 2003.

DEP. **BRUNELLI**
PRESIDENTE DA **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

RELAÇÃO DE SERVIDORES DA CCJ**SERVIDORES EFETIVOS DA CLDF**

SERVIDORES / MAT.	CARGO.	LOTAÇÃO ORIGINAL	LOTAÇÃO EFETIVA	CL
Alba Luge (13282-42)	Técnico de 2º grau	CCJ	CAF	--
Carla Martins (13098-35)	Advogada	CCJ	Procuradoria	--
Dons Soares (11288-40)	Aux. Administração	CCJ	Exec. Orcamentaria	--
Lídia Cristina (13711-45)	Revisora de Texto	CCJ	Ata e Súmula	--
Lusia Gomes (11219-59)	Assist. Legislativo	CCJ	Pagamento	--
Mauricio Cauchioli (13275-39)	Aux. de Informática	CCJ	CCJ	--
Pedro Duarte (13583-28)	Revisor de Texto	CCJ	CCJ	--
Sabino Vasconcelos (11348-48)	Agente de Apoio	CCJ	CCJ	--
Marlei Duque (11289/38)	Tec. Segurança do Trabalho	1*Secretaria	CCJ	--
Solange Sampaio (13185/40)	Técnico Legislativo	CAS	CCJ	--

SERVIDORES REQUISITADOS

SERVIDORES	CARGO	ÓRGÃO REQUISITADO	CL
Esmeraldino da Silva	Assessor	Sec. de Educação	--
Mareei Pereira	Assessor	Sec. Gestão Administrativa	--

SERVIDORES COM COMISSÃO**CARGO: COORDENADORES DE COMISSÃO**

SERVIDORES	DEPUTADO	CL
Altamiro Rajão	Dep. Rajão	07
Jane de Souza Melo	Dep. Eurides Brito	01
Beatriz Bussinger Gomes	Dep. Augusto Carvalho	02

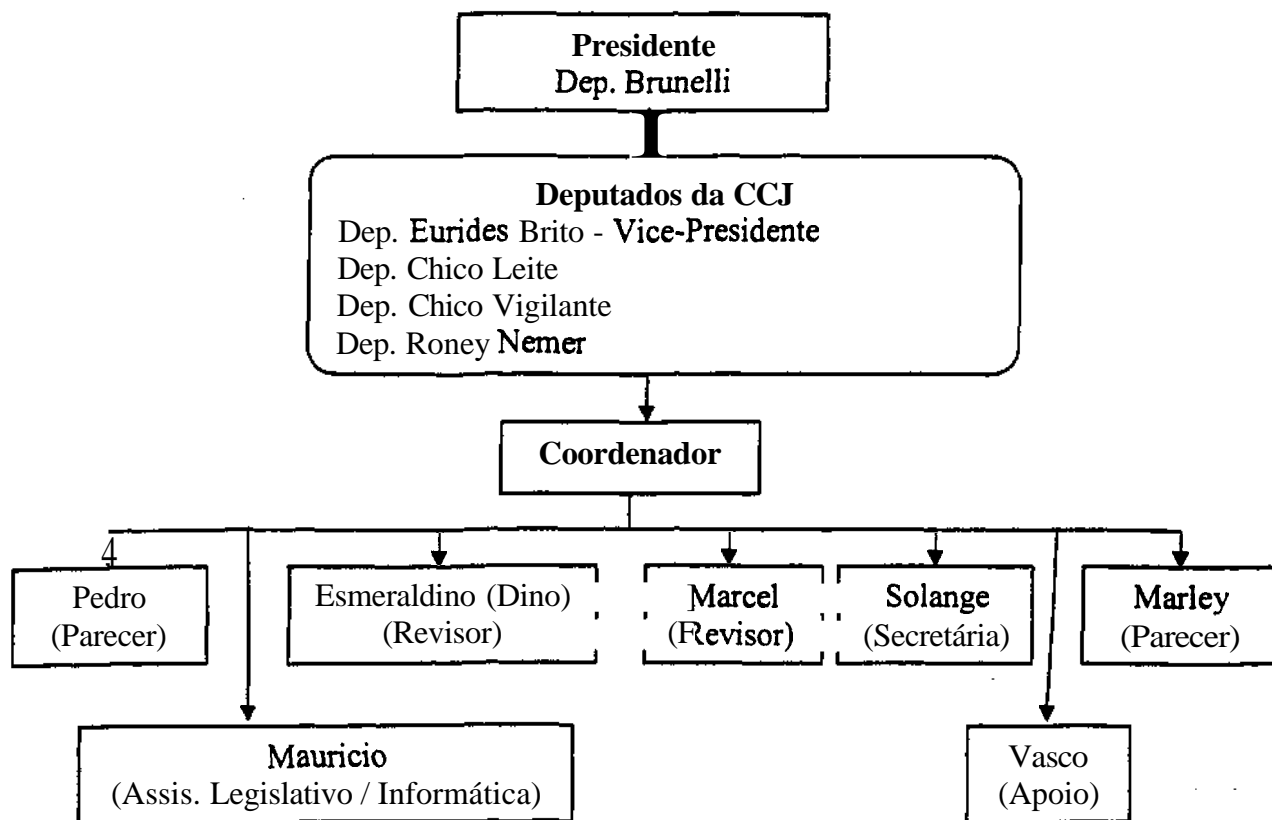
CARGO: ASSESSORES DE COMISSÃO

SERVIDORES	DEPUTADO	CL
Ricardo Souza Amaral	Dep. Chico Leite	05
Thais Quirino Rosa	?	01
Aparecida de Almeida Simão	/	01

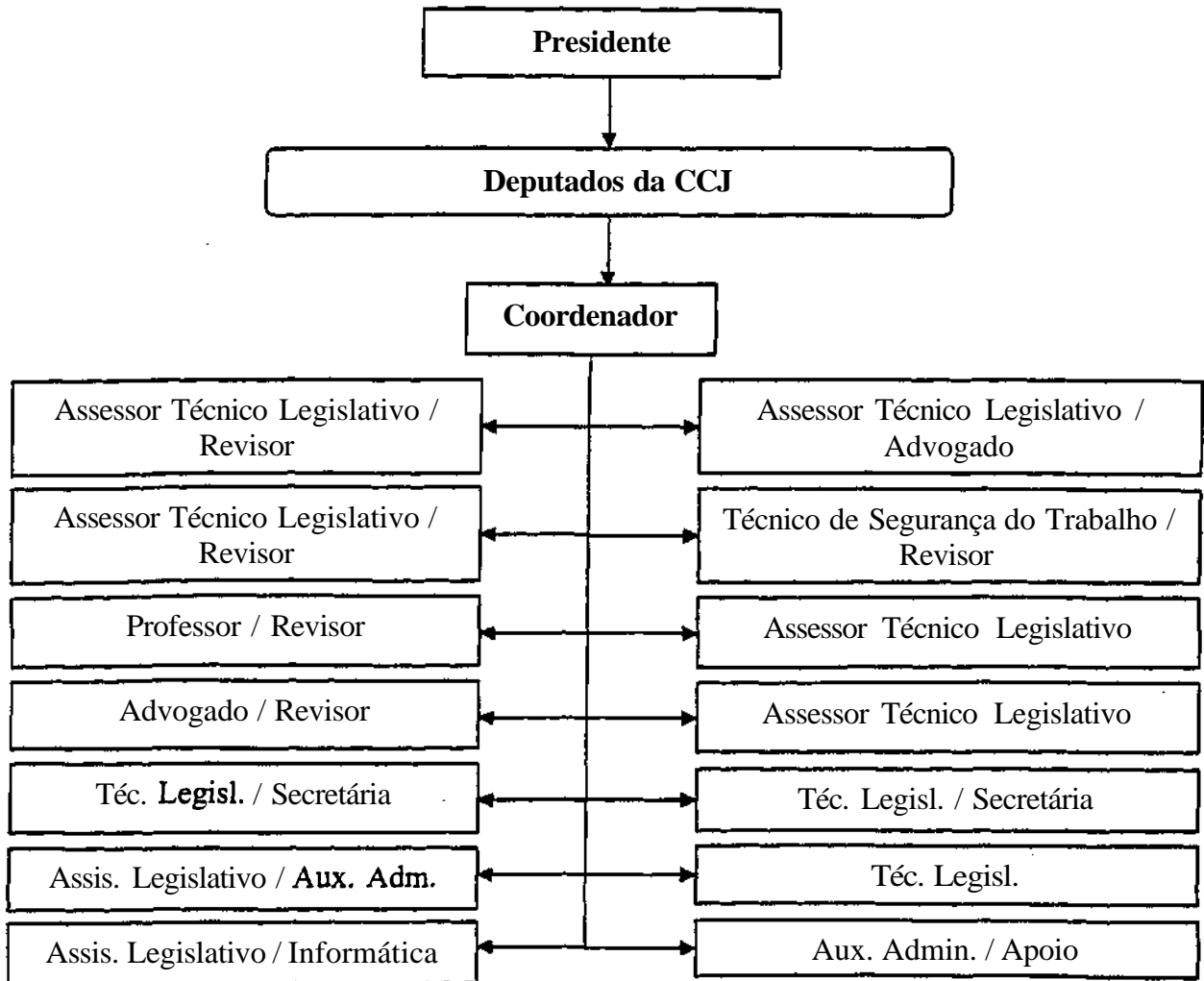
CARGO: ASSISTENTES DE COMISSÃO

SERVIDORES	DEPUTADO	CL
Mário Ribeiro da Silva Filho	Dep. Eurides Brito	01
Minervina Maria Vilar	Dep. Eurides Brito	01
Mary Ramos Bezerra	Dep. Brunelli	01
Gustavo Adolfo M. Marques	?	01

ORGANOGRAMA ATUAL
CCJ (Comissão de Constituição de Justiça)



PROPOSTA DE ORGANOGRAMA
CCJ (Comissão de Constituição de Justiça)



CCJ (Comissão de Constituição de Justiça)

ATRIBUIÇÕES

Pedro de Souza Duarte (Revisor):

- Auxiliar na redação de documentos da CCJ;
- Revisar as proposições em geral.

Esmeraldino Henrique da Silva (Revisor):

- Auxiliar na redação de documentos da CCJ;
- Revisar as proposições em geral,

Mareei da Glória Pereira (Revisor):

- Auxiliar na redação de documentos da CCJ;
- Revisar as proposições em geral.

Mariei Duque da Silva (Revisor):

- Auxiliar na redação de documentos da CCJ;
- Revisar as proposições em geral.

Solange Nazareth Ferreira Sampaio (Secretária):

- Auxiliar trabalhos do coordenador;
- Lançar andamento das proposições no sistema;
- Auxiliar nos trabalhos das reuniões da CCJ
- Secretariar.
- Auxiliar na elaboração de pauta das reuniões

Sabino Vasconcelos Ávila (Contínuo):

- Encaminhar as proposições, mediante distribuição do Presidente,
- Preparar proposições para pauta de reuniões,
- Auxiliar nos trabalhos das reuniões da CCJ,
- Requisitar material de expediente,
- Elaborar pauta das reuniões,
- Proceder ao inventário patrimonial.

Maurício Pinto Cauchioli (Assist. Legislativo / Informática)

- Lançar andamento das proposições no sistema,
- Digitar e preparar documentos em geral da CCJ,
- Auxiliar nos trabalhos da CCJ,
- Responsável pela parte de **informática**,
- Elaborar Memorandos e Convocações.



PROPOSIÇÃO : Relatório de abertura dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça

AUTOR: Dep. **Brunelli**
 RELATOR:
 PARECER: FAVORÁVEL

Nome do Parlamentar	Presid. Relat.	Acompanhamento			Destaque	Assinaturas
		Sim	Não	Abst. i Aus.		
Brunelli	P	X				<i>Ver reservações</i>
Eurides Brito				X		
Chico Leite		X				
Chico Vigilante		X				
Rôney Nemer		X				
	Totais	04			01	

Resultado: (x) APROVADO () Voto em Separado
 () Rejeitado - Relator do Parecer do Vencido Dep.
 () Concedido Vista ao (à) Dep. , em ___/___/___

Ordinária

Extraordinária


Data: 18/02/2003.

Coordenador - CCJ

Comissão de Constituição e Justiça

___ nº ___ / ___ nº ___

Observação: Cheguei nos minutos finais da reunião, em virtude de ter sido convocada, às 8h45', na qualidade de líder do governo, para acompanhar o Exmo. Sr. Governador ao STF. Meu suplente, Dep. Leonardo Prudente representou-me na Comissão de Educação e Saúde. Os horários colic

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA		5	

DEPUTADO GIM ARGELLO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.


PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO GIM ARGELLO (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, corroboro as palavras ditas pelo Deputado Brunelli, já que a Mesa Diretora atendeu a todas as reivindicações feitas pela CCJ, e pergunto se os relatórios dos vetos já estão prontos. Se os relatórios já estiverem prontos, poderemos colocá-los em votação.

A minha preocupação deve-se ao fato de que, hoje, há alguns feirantes e ambulantes da Rodoviária aí fora e eles estão querendo ver apreciado um veto de interesse deles. O Deputado Izalci Lucas abordou essa questão ontem, assim como outros Deputados também o fizeram. Parece que há um prazo, imposto pelo Ministério Público e pelo Secretário de Transportes, que deve ser cumprido, pois, se não o cumprirem, perderão o local de trabalho. Então, temos de apreciar esses vetos.

Agora há pouco havia uns microempresários da área de motocicletas, e o Deputado Brunelli pediu a minha opinião para resolver o problema deles. Marcamos, então, para terça-feira a apreciação do projeto de interesse desse pessoal. Se não apreciarmos esse projeto, eles fecharão as portas das empresas e perderão funcionários.

S.Exa. está querendo fazer um excelente trabalho à frente da CCJ. Para não apressar o andamento das coisas - pois deve haver um curso normal, com o qual concordo -, devemos apreciar os vetos, já que, então, a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	6

pauta estará limpa e poderemos votar normalmente a partir da próxima semana.


PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - A Presidência entende ser pertinente a questão levantada pelo Deputado Gim Argello e fará um apelo aos nobres Líderes desta Casa, bem como aos Deputados da Mesa Diretora, para apreciarmos, o mais rápido possível, as matérias que constam da Ordem do Dia.

Nesse sentido, lembro que o art. 209, § 1º, do Regimento Interno determina: "Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto neste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, com relatório ou sem ele."

Então, temos a prerrogativa de apreciar esses vetos, mas quero atender ao pedido da Comissão de Constituição e Justiça. Já tenho, com o Deputado Brunelli, um entendimento para iniciarmos, o mais rápido possível - creio que amanhã -, os trabalhos de apreciação desses vetos.

A Presidência informa ao Primeiro Secretário desta Casa, Deputado Paulo Tadeu, que já fez encaminhamento ao Setor de Recursos Humanos para proceder à toda a lotação do pessoal efetivo da Casa na Comissão de Constituição e Justiça. Espero que a Primeira Secretaria, por intermédio do Deputado Paulo Tadeu, tome as providências necessárias para apresentação dos servidores que são lotados originalmente naquela comissão.

A Presidência entende pertinentes as reivindicações da Comissão de Constituição e Justiça. Já está acordado também com o Presidente que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	7

amanhã iniciaremos a apreciação dos vetos que tramitam na Ordem do Dia. O relatório será apresentado em plenário.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que registre a minha presença e, ao mesmo tempo, solicito licença para me retirar do plenário, porque eu tenho de fazer um exame médico agora.


PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - O Deputado Leonardo Prudente fez o seu comunicado.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 39, de 26/2/2003, juntamente com a ata sucinta da 8ª Sessão Ordinária.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Dá-se início

ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos


Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Passos.

DEPUTADO PEDRO PASSOS (PTB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, primeiramente parabênzo, atrasadamente, o nosso colega Deputado João de Deus, por quem tenho grande admiração. Se eu não tivesse me candidatado, S.Exa. seria o meu candidato a Deputado Distrital, porque admiro muito sua postura, repleta de espontaneidade, sinceridade e coragem. S.Exa. é um grande companheiro a se somar nesta Casa.

Faço uma ressalva em relação à matéria publicada hoje no jornal *Tribuna do Brasil* cujo título diz que eu ataquei o Deputado Odilon Aires. Definitivamente não ataquei, foi um equívoco, e eu já disse isso ao nosso querido Amaral do *Tribuna*. Não o ataquei por considerar que o Deputado Odilon Aires prestou um grande serviço para a regularização dos condomínios.

Tenho feito algumas críticas, sim, desde o processo eleitoral, aos certificados de regularização, por entender que aqueles certificados não se prestavam à regularização nem à transferência de domínio dos lotes. Critico isso, mas não à pessoa do Deputado Odilon Aires. Considero que seu empenho, seu trabalho e sua dedicação contribuíram, sim, para a discussão


		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA		9	

da regularização. Apesar de S.Exa. não ter chegado a concluir essa regularização, foi importante nesse processo.

Srs. Deputados, minhas proposições sobre regularização e venda de áreas públicas não são de meu interesse particular. Fiz isso a pedido das associações de condomínios, que têm procurado todos nós. Fiz com muita boa vontade, com a melhor das intenções. Busquei os maiores juristas desse país para referendar a nossa legitimidade, como Deputados, para regulamentar essa matéria. A Lei nº 954, aprovada no governo do PT, prevê realmente a venda direta, mas ela deixa muitas dúvidas. Essa lei não prevê como se dará essa venda. Esse projeto de lei pretende esclarecer essas dúvidas e dar um formato, um encaminhamento de como deve acontecer essa venda. Esse é o nosso objetivo. Não é minha intenção promover-me com isso. Não tenho nenhum interesse. Eu até gostaria muito de que esse projeto fosse de toda a Casa. É uma solução da qual dependem mais de quinhentas mil pessoas. Dela depende grande parte de nossa cidade. Então estou empenhado em atender essa comunidade. Não tenho, definitivamente, nenhum interesse particular na solução deste assunto.

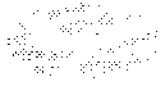
Solicito aos Srs. Deputados que, a partir deste momento, discutamos essa questão de uma forma mais ampla, como disse o Deputado Chico Leite. Eu também tenho batido nessa tecla há muito tempo. Hoje voltamos a dizer na Comissão de Assuntos Fundiários que só existe uma forma de resolver a questão fundiária do Distrito Federal: com clareza e transparência, numa comissão que abrigue membros desta Casa, membros do Ministério Público, membros da OAB e membros da sociedade. Não existe outra forma. A questão fundiária é básica para a regularização dos

21/22

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA		10	

aglomerados habitacionais. Não se pode regularizar os conjuntos habitacionais - inclusive os condomínios do Paranoá e de São Sebastião - sem regularizar a situação fundiária. Falar em regularizar loteamento, condomínio ou qualquer outra situação similar sem resolver o problema fundiário é o mesmo que falar em construir um prédio sem fundação. A questão fundiária é básica para tudo: para sabermos quem é o dono, se a propriedade é particular, se pertence ao Governo, se pertence à União. Essa discussão é básica para todo o problema. Então é demagogia, é hipocrisia falar em regularização de loteamento sem resolver a questão fundiária.

Está na hora de realmente tomarmos medidas efetivas. Não adianta ficarmos apenas no discurso. Como exemplo, citamos a questão do Hollywood. Hoje debatemos sobre ela na Comissão de Assuntos Fundiários. Alguns Parlamentares, em princípio, estavam reticentes. Agora, eu tive a boa notícia da Deputada Arlete Sampaio de que S.Exa - juntando-se a nós - também irá aderir à proposta de decreto legislativo que suspende a licitação do Condomínio Hollywood, no Bairro Táquari. É de extrema necessidade que essa Casa se manifeste, porque, se essa licitação for concluída, estaremos deixando que uma empresa pública do Distrito Federal pregue um engodo à população, porque essa empresa estará vendendo lotes em loteamento que está embargado pelo Ibama e que não teve os índices de ocupação do solo aprovados por esta Casa. Então, o cidadão que comprar um lote nessa licitação do dia 22 estará comprando um lote tão irregular quanto em qualquer outro loteamento fraudulento. Ele comprará e não poderá construir, porque será embargado pelo Ibama.


 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL y SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	11

Milhares de famílias estão aflitas com essa situação. Entendo ser necessário os senhores apoiarem aqueles moradores, por uma questão de cautela: primeiro, para se restabelecer a legalidade; segundo, para se respeitar essa Casa; e, terceiro, para se fazer justiça.

Apresentaremos esse projeto. Espero que a pauta seja desobstruída, para possibilitar-nos apreciar os decretos legislativos que a compõem. Assim, poderemos dar a essa parcela da população uma resposta. Não podemos ficar somente no discurso.

Tenho visto todos os Deputados que vêm a esta tribuna solidários com aquela comunidade. Todos têm feito discursos inflamados em defesa dos moradores e dos proprietários de lotes no Condomínio Hollywood, mas, na hora do "vamos ver", na hora de tomarem medidas, todos se escoram, um corre para cá, outro corre para lá. Vamos todos nos manifestar. Se é verdade que estão todos sensibilizados com essa situação da mesma forma que os moradores quando nos procuram nos gabinetes, então, além de demonstrar perante esta comunidade a nossa sensibilidade, tomemos atitudes. Tomar atitude significa reagir, assinar as proposições, manifestar-se no sentido de: primeiro, suspender a licitação; e, segundo, fazer restabelecer o respeito a esta Casa. As leis aqui aprovadas, a Lei Orgânica e a jurisprudência do Tribunal que mandam esta Casa aprovar os índices de ocupação devem ser obedecidas. Deve-se também respeitar as leis federais e as licenças ambientais e não permitir que um órgão público passe a ser um loteador clandestino e passe a vender lotes clandestinamente como qualquer outro.

Sr. Presidente, registro também o nosso repúdio ao Ministério Público local, pois tenho certeza absoluta de que os dirigentes de qualquer

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	12	

outra empresa que pusesse à venda um loteamento nas condições em que a Terracap está colocando a venda do Condomínio Hollywood já estariam presos. O Ministério Público está, assim, prevaricando. Ele já deveria ter tomado as medidas para que a lei fosse cumprida. Em vez de tomar essa providência, eles estão se enfileirando para comprar lotes pessoais, no objetivo de apenas satisfazer seus interesses. Na lista de compra de lotes no Condomínio, estão promotores, que, em vez de cumprirem a obrigação de fazer com que a lei seja respeitada, estão pensando neles próprios.


Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Izalci Lucas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

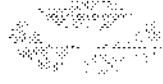
DEPUTADO CHICO LEITE (PC do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o início das discussões sobre os condomínios nesta Casa, vários Parlamentares vieram a público com inúmeras propostas e temos nos deparado com um problema: ou optamos por resolver situações individuais, localizadas - e aí sempre trabalhamos com o engodo, a mentira e o estelionato, como o Governo vem trabalhando nesses anos todos -, ou então optamos por resolver uma situação geral, que é de toda classe média, que é de todos aqueles que querem o direito à moradia.

Sr. Presidente, eu e o bloco que represento optamos pela segunda hipótese, a do respeito à lei, aquela da contemplação da vontade legal com a vontade daqueles que inocentemente caíram no golpe dos estelionatários que estão no Governo. Vi ontem aqui manifestações acerca do

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA		13	

Condomínio Hollywood em que se falava da assinatura de um certificado de regularização assinado por um Parlamentar desta Casa. Depois ouvi a ilustre Líder do Governo defendendo as medidas da Terracap, dizendo que eram legais. Efetivamente, bem público só pode ser vendido se for respeitada a lei federal de licitação. Mas não vi, efetivamente, a resposta a uma pergunta. Se nós fizermos um exame das propagandas eleitorais do Governador eleito e hoje em exercício - tanto eu quanto o Deputado Chico Vigilante já apresentamos à Mesa -, notaremos que, em inúmeras delas, especialmente numa reportagem que tem o título "Agora é a escritura", é dito isso: "No meu Governo, foi criado o certificado de regularização, que é um título de reconhecimento da legítima posse dos adquirentes de boa-fé". Aquele certificado de regularização foi assinado pelo Governador Joaquim Roriz. Esse é um problema que nós e a população - que é fundamentalmente a maior vítima disso - precisamos resolver. Fundamentalmente, os que defendem que a medida é legal, como o Ministério Público, dizem, há anos, que só se pode vender bem público por licitação. Mas ninguém que veio aqui em defesa das ações governamentais explicou algo. Não foi apenas o Deputado ou o Secretário que assinou, mas também o Governador, que disse, no final, que criou o certificado e que precisava de mais um mandato.

Sr. Presidente, eu tenho dito desta tribuna inúmeras vezes que nós, nesta Casa, não podemos mais admitir a defesa de interesses meramente localizados ou de interesses de determinadas categorias ou segmentos. Precisamos defender Brasília e ter em vista o interesse geral da população. Não podemos defender essa ou aquela causa porque interessa ao partido, à categoria ou a determinado interesse econômico. Precisamos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	14

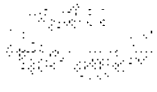
resolver o problema. Só conseguiremos resolver o problema se, em primeiro lugar, efetivamente criarmos uma comissão especial para estudos e debates e levarmos sugestões, com todos os envolvidos, ao plano federal. Em segundo lugar, devemos parar de fazer dos instrumentos legislativos desta Casa meras moedas eleitorais, meros instrumentos de estelionato. Em terceiro lugar, em vez de culparmos quem cumpre a lei, como o Ministério Público do Distrito Federal, a polícia, os juizes e os cidadãos de bem, colocarmos os grileiros na cadeia e retomarmos o dinheiro que eles ganharam ilicitamente. Para isso, eu apelo à população, textualmente, que ajude o Ministério Público e a polícia à retomar esse dinheiro.

Sr. Presidente, com essas palavras, digo que o Bloco Independente luta pela defesa dos direitos humanos, protesta contra os ataques a esse direito, protesta contra o estelionato eleitoral do Governador Joaquim Roriz e também defende o processo legal de regularização dos lotes regularizáveis. Defendemos um processo que seja definitivo, conforme a lei e a Constituição, para que, ano após ano, sessão após sessão, os cidadãos de bem não sejam humilhados, diminuídos, escravizados, submissos e sempre dependentes do voto para poderem ter moradia, que é um direito sagrado, segundo a ONU.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

O Deputado Leonardo Prudente justificou a ausência.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

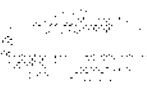
 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	15

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer dois registros neste comunicado.

Primeiro, dou boas-vindas, em nome da Liderança do Governo, ao Deputado João de Deus, que retornou ontem a esta Casa. Por motivo de força maior, no horário em que S.Exa. se apresentava neste plenário, eu não estava presente. Como líder e Deputada, fico satisfeita em ver S.Exa. de volta. Creio toda a bancada e todos os companheiros desta Casa também ficam satisfeitos com o retorno do Deputado João de Deus, pela sua história nesta Casa e por sua participação aguerrida em todas as questões que foram apreciadas nesta Casa. S.Exa. sempre esteve presente às Comissões e ao plenário e é um Deputado fiel e cumpridor dos seus deveres. Boas-vindas, Deputado João de Deus.

O pouco tempo que passamos com o Deputado Wigberto Tartuce, antes da aprovação do seu pedido de licença, possibilitou a todos nós a observância de que estamos nos privando da companhia de um parlamentar que poderia, e pode ainda, contribuir muito para o aperfeiçoamento desta Casa. Tenho um sentimento duplo: alegria pela chegada do Deputado João de Deus e saudade do Deputado Wigberto Tartuce, que saiu. Sei que essa situação será por um período muito curto.

Sr. Presidente, não tenho qualquer intenção de estabelecer polêmica, pois acho que este é o momento de ajudarmos a serenar os ânimos. Este é o momento de dedicarmo-nos profundamente ao estudo das questões relevantes, sem *parti pris*. Se amanhã alguém verificar que a sua proposição apresentada para resolver o problema do Taquari e de outros

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	16

condomínios não era correta, evidentemente deve dizer o seguinte: "Não, agora tenho um novo elemento, um novo documento," Mas, lamentavelmente, tenho de vir à tribuna para dizer que ainda não chegou à minha mão qualquer tipo de documento convincente que faça eu mudar a posição que tenho aqui defendido. A Lei nº 1.823, de 1998, que regularizou o Setor Habitacional Taquari, tratou do problema dos índices de ocupação do condomínio. A referida lei dá respaldo para a taxa de ocupação do condomínio.

Há um companheiro desta Casa que não se encontra presente neste momento, mas, com certeza, encontra-se na Casa. Refiro-me ao Deputado Chico Floresta, que conferiu a licença ambiental quando era Secretário de Meio Ambiente, para que fossem tomadas as providências relacionadas àquele condomínio. Essa licença encontra-se no Ibama para ser renovada. Portanto, já existe o precedente de uma licença ambiental sobre aquela área.


Segundo nosso entendimento, só o Poder Judiciário pode suspender a licitação. Ninguém pode nos obrigar a assinar qualquer documento para suspender as licitações. O edital está na rua, os interessados têm visitado todo o setor. Só o Poder Judiciário poderá suspender esse processo. Não poderemos fazer isso, Sr. Presidente.

Solicito o registro de todas essas comunicações.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito tem se falado da

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	17


situação caótica da saúde no Distrito Federal. Hoje, a imprensa de Brasília fala sobre o fechamento do Setor de Hemodiálise do Hospital de Taguatinga.

Mencionarei aqui alguns dados para os Deputados, para esta Casa e para a imprensa que apontam um pouco para a causa do caos estabelecido na saúde do Distrito Federal.

No que se refere ao Hospital de Brazlândia, tenho em mãos um histórico elaborado por quem conhece profundamente a realidade daquele hospital, que diz o seguinte: "Desmonte. Há quatro anos, instalou-se a atual Direção do HRBZ: Dr. Júlio Cezar M. Reges Serafim, Diretor; Dr. Luiz Carlos Belmont, Vice-Diretor; Dr. Natecio de Souza Freitas, Chefe da Clínica Médica; Dra. Simone Sschnneiber, Chefe da Pediatria; Dr. Jozenice Silva Gomes, Chefe de Ginecologia. Começou o desmonte da estrutura montada no Governo Cristovam Buarque. Foram extintos os serviços de cirurgia pediátrica, ortopedia, dermatologia, psiquiatria e cardiologia. O número de cirurgias ginecológicas caiu 70%. Ao mesmo tempo em que ocorria esse desmonte, instalou-se o condomínio do mal, para lesar a Secretária de Saúde no aproveitamento das horas extras disponíveis para o HRBZ."

Eu gostaria que V.Exas. prestassem atenção à situação das horas extras.


"Os médicos acima citados ocupam cargos de chefia. Portanto, sendo remunerados por tal atividade, começaram a se auto-escalar com um número muito grande de horas extras. Cada um faz, aproximadamente, 96 horas extras por mês."

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	18

É interessante, senhores, pois uns são diretores, têm cargo em comissão e já são remunerados por isso. Fazem horas extras equivalentes a 96 horas para cada um por mês.

"O caso chegou que o Dr. Natécio, de quatro anos para cá, além de se auto-escalar com 96 horas extras por mês, subloca a carga horária do Dr. Alberto Diniz Filho," - portanto, um está escalado e subloca para o outro - "incluindo mais 96 horas extras, que o próprio Dr. Natécio escala, cumpre e fatura. O Dr. Natécio faz a sua escala de 20 horas e de mais 192 horas extras no mês e ainda trabalha na Delegacia Regional do Trabalho (DRT/MP) com uma carga horária de 40 horas semanais. Quanto ao Dr. Júlio César, Diretor, ele se auto-escalou também na cirurgia-geral para auxiliar nas cirurgias durante o dia no horário em que ele é remunerado como Diretor, caracterizando dupla remuneração. Quanto aos outros, além de imoral e ilegal a utilização de horas extras por pessoas que exercem cargo em comissão, já que se parte do pressuposto que cargo em comissão exige disponibilidade integral. Eles não cumprem horário de trabalho e acumulam atividades na medicina privada no horário em que deveriam prestar serviço ao HRBZ. Diante dessa situação, fica fácil entender a péssima qualidade do atendimento e do funcionamento da estrutura do HRBZ, fica fácil entender porque ocorreram essas três mortes de gestantes no período de um ano pela ineficiência, pela corrupção e pela falta de ação da direção do hospital."

Citarei, agora, o nome das vítimas desse descaso: Priscila Oliveira da Silva, que morreu no dia 03/04/2002; Marineida Batista da Silva, que deu entrada no Hospital Regional de Brazlândia no dia 21/11/2002 e veio a óbito no dia 04/12; e Daiane Coelho Nogueira, que morreu no dia 18/02/2002. O Dr.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	19


Belmont, Vice-Diretor do Hospital Regional de Brazlândia, foi o médico envolvido no primeiro caso e responde a processo no Ministério Público - Pró-Vida, Processo n° 2582023. O Dr. Júlio Cezar, Diretor do Hospital, foi o médico envolvido no terceiro caso e também responde a processo no Ministério Público.

Sr. Presidente, sei que a Comissão de Educação e Saúde, por meio da Deputada Ariete Sampaio, e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, por meio do Deputado Chico Leite, já tomaram iniciativas, mas quero fazer uma proposta a esta Casa. A Câmara Legislativa do Distrito Federal, independentemente de suas comissões, precisa convocar o atual Secretário de Saúde do Distrito Federal, Dr. Bernadino, e o ex-Secretário Jofran Frejat para comparecerem a este plenário e, na presença dos vinte e quatro Deputados Distritais, explicarem efetivamente o caos da saúde estabelecida no Distrito Federal. Quantas mortes continuarão acontecendo? Quantas vidas continuarão sendo ceifadas pela irresponsabilidade do Distrito Federal? Portanto, Sr. Presidente, quero que a Mesa acate e encaminhe essa proposição de convocação do atual Secretário de Saúde, Dr. Bernadino, e do ex-Secretário Frejat. Assim, frente a frente, o Sr. Frejat poderá dizer o que ele tem dito - pelo menos para mim, de maneira privada. Quero que diga aqui o que pensa da administração da saúde pública do Distrito Federal hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Cauhy. (Pausa.)

Passa-se aos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	20


Comunicados de Parlamentares.

- Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta. (Pausa.)
- Concedo a palavra ao Deputado Jorge Cauhy. (Pausa.)
- Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)
- Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)
- Concedo a palavra ao Deputado Fábio Barcellos. (Pausa.)
- Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)
- Concedo a palavra ao Deputado José Edmar. (Pausa.)
- Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco. (Pausa.)
- Concedo a palavra ao Deputado Pedro Passos. (Pausa.)
- Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)
- Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)
- Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação.

Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputada Eurides Brito, nesta outra parte da sessão, registro um ponto que considero fundamental: a participação importante da imprensa do Distrito Federal na busca de soluções para os problemas desta cidade.

Refiro-me, especialmente, a uma matéria jornalística do *Bom-Dia DF*. Eles falaram sobre um problema de contaminação que poderia estar acontecendo no HRAN. Eu cito isso como símbolo de uma matéria que mostra o descaso das autoridades sanitárias com relação ao atendimento das pessoas que se dirigem àquele hospital, que não tem a mínima infraestrutura, a mínima condição de atendimento. Lá banheiros estão fechados, e, do lado de fora, quiosques vendem coisas.


 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	21

Muitas vezes, Srs. Deputados, dizemos que a pessoa que trabalha em quiosques está desempregada e precisa vender. Sei que as pessoas estão desempregadas, mas precisamos encontrar uma outra forma de empregá-las, porque não dá para ficar do jeito que está. Hoje, cada esquina do Distrito Federal está tomada por vendedores de alimentos. Sabemos que isso fará com que as pessoas se contaminem e adoeçam cada vez mais.

Portanto, é importante esse papel que a imprensa do Distrito Federal tem assumido quando retrata as filas diárias nas agências públicas de emprego, quando trata da questão do desemprego, que conhecemos tão bem aqui. Aos nossos gabinetes, há verdadeiras romarias de pessoas desempregadas e desesperadas nesta cidade.

Esta situação, Sr. Presidente, estende-se às empresas públicas, de equipamentos públicos do Distrito Federal. Sei, Sr. Presidente, que V.Exa. é um homem da iniciativa privada e sabe a facilidade que esta Casa tem para aprovar taxas, impostos sobre impostos, que depois as pessoas não dão conta de pagar. A imprensa é vigilante com relação a isso. V.Exa., que é um empresário, sabe a dificuldade que os pequenos e médios empresários estão enfrentando hoje com relação a esta taxa de iluminação pública.

Recebi, antes de ontem, Sr. Presidente, um cidadão que é proprietário de uma pequena loja na M Norte de Taguatinga. Ele tinha alugado uma loja para estabelecimento comercial, revenda de poupas de frutas, que consumia muita energia. A taxa de energia dessa loja foi estabelecida pela média dos últimos doze meses. Muito embora ele tenha fechado o negócio, agora ele tem de pagar R\$ 96,00 (noventa e seis reais) mensais durante doze meses.


 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA		22	

Sr. Presidente, fico imaginando os proprietários de escolas particulares, por exemplo, que têm a sua energia medida pelo consumo da média dos doze meses. Se diminuir o número de alunos e se diminuir o número de salas de aulas, irão continuar pagando a mesma coisa? Quem tem uma padaria em que o forno elétrico foi substituído por um forno a gás irá pagar pela média?

Portanto, esses absurdos precisam ser olhados de maneira mais cuidadosa por esta Casa.

Agora se estabeleceu mais uma taxa, por meio de uma lei criada em 1999, Deputada Eurides Brito: a taxa da chamada vistoria de elevadores. É mais uma taxa para a população de classe média do Distrito Federal, para quem mora em apartamento pagar. Sr. Presidente, veja bem, os órgãos públicos já são remunerados para fiscalizarem. Por que estabelecer uma taxa para fiscalização de elevadores? É uma maneira de meter a mão no dinheiro do contribuinte desta cidade.

Outra situação gravíssima é a situação dos postos de combustíveis do Distrito Federal. Nós estamos tendo agora a satisfação de ver a Agência Nacional do Petróleo seguir uma nova determinação do Governo, efetivamente democrático: ela começou a publicar no seu s/te da Internet o nome dos postos do Distrito Federal que foram punidos por terem vendido combustível adulterado. Eu mesmo fui vítima de combustível adulterado: abasteci o meu carro em um determinado posto e o meu carro começou a engasgar. Para recuperar o meu velho carro, tive que gastar R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais). E como é que ficam as outras pessoas? Não acontece absolutamente nada com o dono do posto!

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA		23

Portanto, estou encaminhando a esta Casa um requerimento para fazermos aqui no Distrito Federal a CPI dos postos de combustíveis. Espero contar com a participação e o apoio de todos os Parlamentares, porque essa não é uma questão ideológica. Precisamos fazer isso, Deputado Chico Leite. No Estado de Minas Gerais, houve a CPI dos Postos de Combustíveis, e vimos o quanto de roubo, de ladroagem estava estabelecido neste segmento.


Eu já estou com o requerimento pronto. Vou trazê-lo para coletar assinaturas. Espero contar com a assinatura dos vinte e quatro Deputados do Distrito Federal, para investigarmos essa realidade dos postos de combustíveis no Distrito Federal.

Eu quero saber por que o preço de um litro de álcool no Distrito Federal custa o mesmo preço de um litro de álcool no Acre, na mais longínqua região deste País. Para o combustível chegar ao Acre, ele tem de ser transportado em carro, em balsa e atravessar rios. No entanto, o litro do álcool combustível custa o mesmo que no Distrito Federal. Alguém terá de explicar essa realidade, e essa realidade será explicada com uma CPI nesta Casa.

Por tudo isso, estou propondo a esta Casa a realização dessa CPI e amanhã estarei aqui coletando as assinaturas. Espero contar com o apoio de todos os Parlamentares para abrirmos esta caixa-preta da ladroagem dos postos de gasolina no Distrito Federal.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	24

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Tem a palavra V.Exa.


DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no momento em que V.Exa. chamou o meu nome para fazer uso da tribuna, eu estava ausente por motivo de força maior. Então, solicito a V.Exa. que, se possível, repita a chamada para que eu possa participar dos pronunciamentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Deputado Peniel Pacheco, a Presidência acatará a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Aríete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nobre Deputado Chico Vigilante fez, no uso da palavra como Líder da nossa bancada, uma denúncia da situação do Hospital de Brazlândia. A nossa Comissão de Saúde e Educação, que ontem se instalou, já apresentou um requerimento de convocação do Sr. Secretário da Saúde para que S.Exa. que nos diga que providências estão sendo tomadas pela atual gestão para resolver os graves problemas na Secretaria de Saúde que diariamente são divulgados pela mídia e denunciados pelos usuários.

Deputado Peniel Pacheco, recentemente, assisti ao programa oficial do PSB, no qual V.Exa. fala a respeito de uma lei de sua autoria, que foi aprovada e que se refere à assistência aos pacientes diabéticos. Lamentavelmente, o que vemos hoje é que essa lei não está sendo colocada

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	25


em prática, que os pacientes diabéticos chegam aos centros de saúde e aos hospitais e sequer há uma fita para medir a sua glicemia. Realmente, a situação é muito grave.

Quando solicitamos uma auditoria ao Ministério da Saúde - é bom dizer que essa auditoria foi solicitada no Governo passado, Governo do ex-Presidente Fernando Henrique -, os dados divulgados pela imprensa de Brasília foram apenas parciais. Mas queremos ver o teor exato do que já foi apurado, pois o grupo-tarefa que existe hoje ainda não apresentou suas conclusões. Solicitamos também ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas que se manifestassem.

Verificamos que, no *Diário Oficial do Distrito Federal*, do dia 18, já foi publicado o Processo nº 2.948, de 1999, que diz respeito a uma auditoria operacional realizada no atendimento ambulatorial da Secretaria de Saúde. É impressionante o resultado dos trabalhos dessa auditoria. Ela demonstra os desmandos que ocorrem hoje na Saúde do Distrito Federal e que nos permitem raciocinar que há a intenção de desmontar serviços que são prestados hoje pela rede pública e que agora o são pela rede particular.

Um estudo realizado pelo sanitarista Silvain Levy mostra que, se fizermos uma análise precisa do orçamento da Saúde, dos recursos do SUS, veremos que apenas 1,8% dos serviços são realizados em rede privada e neles são consumidos 12,3% das receitas orçamentárias. Isso demonstra a necessidade de nos posicionarmos para evitar o desmantelamento da rede pública de saúde. Esse serviço precisa ser garantido à nossa população.

É preciso garantir aos pacientes diabéticos o atendimento necessário para que seja controlada a doença e sejam evitadas internações,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA		26	


graves complicações e, até mesmo, mutilações posteriores. É preciso garantir aos pacientes portadores de câncer - que já vivem numa situação de insegurança pela própria gravidade dessa patologia - a medicação adequada.

Senhoras e senhores, o Deputado Chico Vigilante propôs que convoquemos o Secretário de Saúde para vir a esta Casa. Ontem, a Comissão de Direitos do Consumidor e a Comissão de Educação e Saúde apresentaram essa proposta. Proponho que não fiquemos aqui brigando pela autoria da proposição. Penso que essa convocação deve ser feita por meio da Comissão de Saúde e Educação e aberta a todos os Parlamentares, para discutirmos *objetivamente* as medidas que atualmente estão sendo analisadas para tirar a saúde da grave crise em que se encontra. Esses são os objetivos de cada um de nós: defender o Sistema Único de Saúde, defender a aplicação da Lei Orgânica da Saúde no Distrito Federal e assegurar à nossa população o direito a um bom atendimento quando dele precisar.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, minha proposição é de convocarmos, por intermédio da Comissão de Educação e Saúde, o Sr. Secretário de Saúde a comparecer a esta Casa, a fim de que possamos saber que medidas estão sendo pensadas e tomadas. Essa convocação deve ser aberta a todos os Parlamentares, Precisamos saber como fazer para colocar esse trem nos trilhos o mais rápido possível, porque é disso que nossa população precisa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho. (Pausa.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	27

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)


Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para breve comunicação.

Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quando ouvi o meu querido amigo Deputado Chico Vigilante fazer aqui seu pronunciamento, em alguns momentos pensei que S.Exa. estivesse se referindo à Cidade de São Paulo, porque estive lá na segunda-feira da semana passada visitando um parente hospitalizado e vi que a situação dos ambulantes na porta do hospital público era de mercado persa, era uma coisa realmente muito difícil.

Vejam que há pontos que temos de realmente estudar para encontrar uma solução nacional. É claro que o nosso problema é local, mas essa taxa de desemprego e o problema dos ambulantes, que ali vão por sobrevivência, fazem parte da conjuntura nacional. Todos nós faremos o possível para ver essa situação resolvida. Tivemos três aumentos de gasolina em um mês. Daí, todos - o empregado da iniciativa privada, o servidor público - perguntam-se: "Como farei com três aumentos de gasolina em um mês?" São questões conjunturais do País ou são questões estruturais? O Distrito Federal não é uma ilha da fantasia, está dentro do contexto brasileiro.

Com a geração de empregos, essas situações serão realmente resolvidas em todo o País. Assim, talvez tenhamos menos discursos e mais ações. Não quero descaracterizar nenhuma dos discursos feitos, porque nós, como Parlamentares, temos de estar atentos a todos eles. A questão da Saúde no Distrito Federal deve ser vista não como uma coisa isolada, não como ilha. Temos de ver o contexto nacional. Todos nós devemos nos unir para encontrar realmente soluções, evitar os contingenciamentos de verbas,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	28

evitar os cortes. Devemos fiscalizar, sim, porque essa é obrigação nossa e de toda a população.

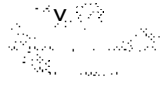
No início da semana passada, quando fui a São Paulo para visitar um parente, voltei horrorizada com a situação dos pronto-socorros. Brasília parece o paraíso se for comparada àquela cidade, uma das maiores capitais mundiais.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Xavier. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, a imprensa local traz a notícia de que o Governador do Distrito Federal encaminhou ao STJ a documentação solicitada referente à quebra do sigilo bancário e telefônico do Governador. Esse encaminhamento foi tratado pela mídia como um ato a favor da apuração das denúncias feitas pelos partidos de oposição, como também das oferecidas pelo Ministério Público, que hoje estão nos tribunais superiores.

Sr. Presidente, eu me pergunto o que poderia acontecer com a nossa cidade caso esses processos - sejam eles os que estão no Tribunal Superior Eleitoral ou os que estão no STJ - demorassem na sua apreciação e houvesse um retardamento da decisão. Fico a me perguntar, Sr. Presidente, quem ganharia com a demora nessa decisão. Em primeiro lugar, quem mais perderia seria o atual Governo, porque, se a decisão se postergasse, aconteceria em Brasília o que aconteceu no Estado do Piauí: o TSE decidiu sustar a diplomação do Governador Mão Santa e determinou que fosse


 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	29

empossado como governador o Sr. Hugo Napoleão, que teve um prazo curtíssimo para exercer o seu mandato. O adiamento dessa decisão traria transtornos para o funcionamento da máquina administrativa, inclusive em relação aos contratos que o atual Governo estaria celebrando ou que passaria a celebrar, pois S.Exa. não teria garantia de que permaneceria no poder e, por isso, não asseguraria a execução desses contratos. Há um clima de dúvida, de ansiedade e de apreensão, pois não se sabe qual vai ser a real decisão a respeito desse episódio.

Se não interessa ao próprio Governo, muito menos interessa ao Governo Federal, que não sabe se trata de resolver diretamente com o atual Governador algumas questões - como, por exemplo, a referente à transferência de recursos para a Segurança Pública e a Saúde - por não saber se o atual Governador permanecerá e garantirá o cumprimento dos convênios e contratos firmados, seja com o próprio Governo Federal ou com instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Se não interessa ao Governo local nem ao Governo Federal, muito menos interessa à classe produtiva. Os empresários do Distrito Federal constantemente têm se comunicado conosco para saber qual vai ser a decisão. Essa preocupação tem sido transmitida provavelmente a muitos outros Parlamentares desta Casa.

Então, Sras. e Srs. Deputados, temos de crer que a Justiça brasileira cumprirá o seu papel de analisar friamente a documentação e as denúncias e manifestará a sua decisão com a maior brevidade possível, porque, se o atual Governador for inocentado - eu tenho minha opinião


 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	30

particular sobre isso, mas ela não está em jogo neste momento, pois quem irá decidir são os Ministros dos Tribunais Superiores -, S.Exa. poderá perfeitamente reorganizar-se, reestruturar-se e concluir o seu governo de maneira muito diferente.

Se S.Exa. for considerado culpado, imediatamente desocupará o cargo, independentemente de haver novas eleições ou de haver a ascensão do candidato que foi o melhor posicionado nas eleições passadas. Essa decisão ainda favorecerá o Distrito Federal, porque, com o tempo mais elástico para se exercer o novo mandato, certamente haverá a possibilidade de se desenvolver um plano de governo que atenda aos interesses da sociedade, mesmo que não seja na sua plenitude, porque parte do tempo já foi absorvido pelo atual Governo.

Então, conclamo nobres Pares, seja da bancada de Situação, seja da bancada de Oposição, seja do Bloco Independente, a levantarmos nossa voz em defesa do Distrito Federal: "Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral, decisão já. Brasília não pode esperar."

Portanto, Sr. Presidente, faço meu registro porque nós do Distrito Federal não podemos nos omitir. É claro que não queremos com isso fazer pressão, como se fosse um *lobby*, em cima das autoridades que julgarão esses processos. Não queremos interferir politicamente numa decisão que precisa ser bastante técnica, mas podemos pedir ao Procurador da República que não prorogue o prazo - que poderá ser prorrogado por mais dez dias - para apresentar o seu parecer. Podemos, como Deputados, cobrar que haja agilidade e que os prazos sejam cumpridos rigorosamente, sem ações protelatórias, que não interessam à nossa cidade.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	31

Sr. Presidente, a partir de hoje, em todos os fóruns em que estiver, conclamarei a população para, juntos, defendermos uma decisão rápida para esses processos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Está esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Como a pauta está sobrestada, passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE.

Concedo a palavra à Deputada Aríete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonel Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)


Concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Floresta. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está marcada para as 17h uma reunião da Mesa Diretora, para discutirmos uma série de problemas da Casa que foram divulgados hoje pela imprensa. Eu considero essa reunião bastante emergencial, pois, ontem, diversos Parlamentares explanaram suas preocupações com relação ao funcionamento desta Casa, às dificuldades de funcionamento das comissões

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	32

e às nomeações realizadas, inclusive as feitas à revelia dos Presidentes das comissões.

Então, sem desconsiderar a necessidade dos debates políticos com relação aos problemas do Distrito Federal, abro mão do meu pronunciamento para podermos realizar a reunião da Mesa Diretora em alguns minutos.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, manifesto a minha satisfação em ter o nosso querido amigo Deputado João de Deus de volta ao nosso convívio. S.Exa. muito fez por esta Casa e nos ajudou na construção do mandato anterior.

Tenho certeza de que seu retorno devolve à Casa alegria, sinceridade e seriedade. Muitas vezes, suas palavras são consideradas truculentas, mas os brutos também amam.

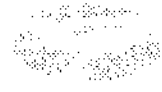
Deputado João de Deus, V.Exa. é o Deputado mais cheiroso desta Casa. Estou muito feliz com seu retorno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr, Presidente, não abrirei mão do meu pronunciamento durante o Grande

45

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA		33	

Expediente, pois desejo ler uma matéria, à qual peço a atenção de V.Exa., porque o tema está relacionado com a Mesa.

DEPUTADO PEDRO PASSOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BENÍCIO TAVARES) - Tem a palavra V.Exa.


DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro minha satisfação pela oportunidade de conviver novamente com o Deputado João de Deus. Espero que esse convívio seja por um período mais longo do que o inicialmente prometido.

É impossível ser inimigo do Deputado João de Deus, porque inimigo S.Exa. trata no tapa, e eu não sou louco de querer levar um tapa de S.Exa.

Deputado João de Deus, receba nossa saudação pelo seu retorno a esta Casa. Conte conosco para, juntos, realizarmos aquilo que a sociedade do Distrito Federal espera que seja feito para melhorar sua qualidade de vida, enfim, para construirmos um Estado justo, solidário e participativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO IZALCI LUCAS) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito a presença do Deputado Paulo Tadeu, nosso Primeiro Secretário, e de V.Exa., nosso Terceiro Secretário, para ler uma matéria publicada no *Diário Oficial*. Posteriormente, peço a manifestação dos Deputados a respeito do assunto.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	34

Deputado Paulo Tadeu, considero grave a publicação no *Diário Oficial* de hoje de um pedido, feito diretamente por esta Casa, de contratação direta, sem licitação, de uma agência de publicidade, destinada, conforme se pode ler no pedido, a defender a imagem de Deputados.


Passo a ler a matéria.

"Origem: Câmara Legislativa do Distrito Federal. Natureza: Consulta. Ementa: Consulta. Contratação direta de serviços de publicidade. Desatendimento aos requisitos regimentais. Não-conhecimento. Manifestação do órgão instrutório pela situação emergencial permissiva de contratação direta. Encaminhamento de cópia da decisão à jurisdicionada.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Benício Tavares, consulta acerca da possibilidade de aquele órgão proceder à contratação direta de serviços de publicidade, pois entende estar caracterizada situação circunstancial permissiva, à vista da impossibilidade de prorrogação do contrato com a firma V&S Publicidade, já findo, e da não-conclusão do processo licitatório visando à nova contratação.

Informa que a Procuradoria-Geral daquela Casa emitiu parecer 'entendendo cabível a contratação apenas em relação à publicidade de atos oficiais, por não se caracterizar situação emergencial em relação aos demais serviços de publicidade'.

Insiste em que 'os constantes ataques sofridos pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, em matérias publicadas em jornais de grande circulação, e o início dos trabalhos na nova legislatura tornam necessária a vinculação de esclarecimentos e informações à sociedade'.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	35

A 2ª ICE entende que a consulta não atende aos requisitos do Art. 194 do Regimento Interno, por versar caso concreto e estar desacompanhado de parecer técnico-jurídico, não podendo ser conhecida.


Ressalva que o mencionado parecer da Procuradoria-Geral da CLDF não serviria para os propósitos da consulta, pois não cuida das circunstâncias que lhes são posteriores. A seu ver, o fato não impede que a Corte se manifeste sobre a questão.

Justifica seu posicionamento ao registrar que, 'em breve e superficial pesquisa, encontramos reportagens jornalísticas recentes que atestam contra a imagem do Poder Legislativo local (ver fls. 2 e 3). Atinge-se também a imagem dos novos representantes do povo do Distrito Federal, alguns em sua primeira legislatura, sem que lhes fosse dado o correspondente espaço na mídia para contraditar as notícias veiculadas na imprensa escrita.

Sabe-se, há muito, que as retratações feitas pelos meios de comunicação não compensam, nem de longe, o dano causado por uma notícia prejudicial'.

Entende 'desatendidos alguns princípios constitucionais, especificamente o direito de defesa e a proporcionalidade do desagravo. Além disso, deve-se privilegiar o princípio da publicidade da Administração, para que o exercício do Poder seja transparente aos olhos do seu titular, o povo.

Quanto a esse aspecto, apenas a título ilustrativo, as Casas Legislativas Federais, Câmara dos Deputados e Senado Federal, possuem cada uma, uma emissora de TV e uma rádio FM'. Conclui que 'as circunstâncias mencionadas no Ofício nº 42/GP da CLDF, justificam a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	36	

contração direta de serviços de publicidade, tão-somente para esclarecer e informar a sociedade, como bem mencionou o Presidente daquela Casa', com o alerta à jurisdicionada que a decisão não tem caráter normativo e nem constituirá prejulgamento de tese.

Voto.

É certo que a pergunta formulada pela Câmara Legislativa não enfoca direito em tese, pois que não se questiona a exegese de algum dispositivo legal, mas orientação quanto à adoção de procedimento administrativo, o que viria a constituir prejulgamento do caso concreto.

Não cuidou aquela Casa Legislativa de acostar a cópia do parecer de sua Procuradora-Geral sobre a questão.

Entendo, assim, que a consulta não merece o conhecimento.


Todavia, como o órgão instrutório manifestou-se quanto ao mérito, tenho que se possa encaminhar cópia da instrução ao conhecimento daquela Casa, com a ressalva de que a decisão não tem caráter normativo, nem constituirá prejulgamento da tese.

Nessa esteira, voto no sentido de que este Egrégio Plenário:

1) não conheça a consulta formulada pela Câmara Legislativa, porque não atendidos os requisitos inscritos no Artigo nº 194 do Regimento Interno;

2) autorize, pelo teor da matéria, o encaminhamento da cópia da instrução e deste voto para o conhecimento da jurisdicionada."

Sr. Presidente, o Deputado João de Deus estava pensando que o meu discurso seria uma bomba. Penso que é mais do que uma bomba, Deputado Peniel Pacheco e Deputada Eurides Brito, porque o dia em que o

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	37	


Poder Legislativo tiver de pagar publicidade para poder defender a sua imagem será o fim do mundo. A imagem dos Deputados é fruto do nosso comportamento, das nossas atitudes e do nosso posicionamento perante a opinião pública. Qualquer jornal que venha a caluniar a mim ou a qualquer outro Deputado causará um problema que deverá ser resolvido pela Justiça. Basta buscarmos o reparo na Justiça, com direito de resposta. Às vezes, a Justiça é demorada, mas é assim mesmo, pois ela tem de ter os cuidados necessários. O que não pode é este Poder Legislativo se dispor a gastar dinheiro público, dinheiro do contribuinte para pagar publicidade.

Fui Deputado Federal por oito anos, nobre Deputado Peniel Pacheco, e nunca concordei com esta orientação de publicidade oficial paga. Aliás, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores nunca concordamos com isso, Deputado Eurides Brito, V.Exa., que também já foi Deputada Federal, sabe disso. Não podemos entrar nessa de querer pagar publicidade da Câmara Legislativa. Nobre Deputada Anilcéia Machado, uma atitude destas depõe contra a nossa imagem. Isso é muito ruim, é uma indecência. Nós não fomos consultados sobre isso. Somos Deputados e não nos perguntaram se estávamos dispostos a autorizar o gasto do dinheiro público para publicidade da Câmara Legislativa.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB) - Concordo com V.Exa. Deputado Chico Vigilante, Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores. Entendo que realmente isso é uma vergonha. Vou mais além:

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	38


hoje, eu soube pela imprensa que a Mesa Diretora ou a Casa ou sei lá quem organizou a bagunça nesta Casa. A bagunça está organizada, a Casa é que está desorganizada. Ontem, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça fez questão de me dizer que a CCJ não funcionaria porque não há lápis, caneta e papel.

Como Parlamentar, quero conhecer a relação de gastos que serão feitos por esta Casa. Apresentarei um requerimento, porque soube que a Fundação Getúlio Vargas será paga para fazer uma proposta de reformulação da estrutura da Casa. Hoje, tive essa informação por intermédio da imprensa.

Parece-me que alguns Deputados - aqueles que, mesmo antes da diplomação, estavam acampados nesta Casa - não aprenderam o exercício da Casa, não aprenderam a conhecer a Casa. Estavam aqui procurando quais os cargos e os valores que existiam. Não sabem como funciona uma comissão nem como funciona a Casa.

A Casa está simplesmente sucateada! Não há movimentação dos Deputados no sentido de corrigir esses problemas. A Mesa Diretora está sendo omissa, e, como se não bastasse, aparece um escândalo como este: contratação da mídia para nos defender.

Deputado Chico Vigilante, acredito que fui reeleita para reassumir o mandato mas em outra Casa Legislativa, não nesta! Esta eu não conhecia! Somos apenas nove Parlamentares reconduzidos a esta Casa. Fomos julgados pelos eleitores e voltamos para esta Casa. Eu, particularmente, estou assistindo, nesta Casa, a um verdadeiro absurdo. São medidas irresponsáveis, a ponto de servidores que estavam prestando serviço por indicação de Deputados que se mantiveram nesta Casa, legitimados pela

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	39

reeleição, sequer comunicarem ao Deputado. Eu falei ontem e volto a repetir que a nomeação de servidor para comissão é um ato que tem de ser casado, tem de ser assinado pelo Presidente da Comissão e pelo Presidente da Casa. O ato tem de ser carimbado, assinado e rubricado pelo Presidente da Comissão para se saber, pelo menos, quem é o funcionário.

Isso nunca aconteceu nesta Casa. Também nunca aconteceu a desvalorização das minorias. Não sei se isso ocorre por eu estar num partido de bancada unitária. Desde a primeira hora estou discordando das medidas que estão sendo adotada nesta Casa. Não quero partilhar desses atos irresponsáveis que estão sendo praticados.


Portanto, apresentarei um requerimento para ter informações a respeito do orçamento desta Casa e do plano de aplicação dele. Todos nós, os vinte quatro Parlamentares, temos de participar dessa decisão. Não deleguei à Mesa Diretora, até porque não votei nela, fazer o que ela está fazendo: a gráfica está inutilizada e o sistema não está funcionando. Agora, um Presidente de comissão diz que sua comissão não está funcionando porque não sabe onde estão os funcionários, não tem lápis, não tem caneta, não tem cadeira, não tem nada. Pelo amor de Deus, isso é um absurdo!

Penso que a sociedade teria de fazer uma intervenção nesta Casa para saber quem chegou aqui e o que fará.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento, Deputada Anilcéia Machado.

DEPUTADO PAULO TADEU - Permita-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Ouço o aparte de V.Exa.


 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	40

DEPUTADO PAULO TADEU (PT) - Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Chico Vigilante pelo tema ora em discussão.

Na qualidade de Primeiro Secretário desta Casa, eleito no mês de janeiro, digo claramente que não tenho nenhum conhecimento da chamada para publicidade desta Casa e acredito que os demais membros da Mesa Diretora também não tenham. Como sempre tivemos uma postura de coerência nesta Casa, denunciando todos os contratos feitos nos anos anteriores pelo Executivo local, adotaremos a mesma postura. Não aceitaremos que esta Casa faça um contrato de aproximadamente R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) sem licitação, até porque entendemos que não será a propaganda que livrará esta Casa do descrédito ou mesmo da imagem negativa que alguns setores da sociedade possam ter dela. O que mudará a imagem desta Casa será a mudança da cultura que aqui existe. **Infelizmente**, por falta de clareza, de transparência ou mesmo de comunicação séria com a sociedade, muitos pensam que esta Casa tem todo um conjunto de imoralidades, o que também não é verdade. Esta Casa tem coisas boas, que precisam ser apresentadas. A sociedade precisa saber o que ela faz de bom. Infelizmente o que vai para fora é apenas o que acontece de ruim. Nós Parlamentares temos a responsabilidade de evitar que as coisas ruins aconteçam.

V.Exa., como Parlamentar, neste momento assume esse papel de defesa da Câmara Legislativa ao evitar que esta Casa assine um contrato de publicidade sem licitação, agindo, portanto, de maneira coerente.

Infelizmente alguns Parlamentares que aqui chegam para criticar, nos anos anteriores, quando o Governador Roriz tinha essa mesma postura

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL y SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	41


de fazer contratos milionários sem licitação, esses mesmos Parlamentares que agora elogiam V.Exa. licenciaram-se ou, melhor, ficaram em total silêncio.

Não tenho conhecimento nenhum dessa questão. Iremos para a reunião da Mesa Diretora, para a qual já estamos atrasados, cobrar do Presidente ou de seja quem for uma resposta concreta com relação a isso.

Se esta Casa está do jeito que está hoje, com um conjunto de políticas equivocadas para com os servidores e para com a sua estrutura administrativa, não é responsabilidade dos Parlamentares que assumiram agora. Não é, Deputada Anilcéia Machado! A cultura dela vem sendo desenvolvida há pelo menos dez anos. Pela primeira vez, desde que assumirmos a Mesa Diretora e graças ao esforço de alguns Deputados da Mesa, reuniremo-nos hoje. Alguns sequer estavam querendo fazer a reunião da Mesa Diretora. Foi preciso a pressão de alguns Parlamentares para que a reunião acontecesse, como está acontecendo hoje nas comissões.

Então, é um problema generalizado que precisa ser discutido com a devida transparência, mas com coerência. Agora, é inaceitável o Parlamentar vir criticar o fato de a Câmara estar fazendo uma contratação de propaganda sem licitação, pois, na realidade, durante os quatro anos de Governo Roriz, isso aconteceu diariamente e inclusive houve condenação do TCDF por causa disso. Alguns desses Deputados inclusive ficaram em silêncio. Nós do PT sempre denunciemos a infringência da Lei de Licitações, principalmente em relação à transparência.

Parabéns a V.Exa.! Comungo com sua crítica e com sua preocupação. Eu, na qualidade de Primeiro Secretário, levarei esse fato ao

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	42

conhecimento do Presidente. Tenho certeza de que os demais Secretários também farão o mesmo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Agradeço a V.Exa. pelo aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.


Sras. e Srs. Deputados, conheço profundamente o funcionamento do Congresso Nacional. Se existe uma coisa que pauta o funcionamento do Congresso Nacional é exatamente o respeito. Lá há pessoas do PC do B, do PDT, pessoas que não têm partido nenhum, pessoas de extrema direita e de extrema esquerda, mas os Deputados se respeitam. Portanto, o primeiro critério que temos de estabelecer aqui é o respeito mútuo entre nós. Isso precisa existir. Aqui não é a casa-da-mãe-joana.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PL) - Deputado Chico Vigilante, gostei muito de V.Exa. ter dito que as relações desta Casa têm de se pautar pelo respeito. Deputada Anilcéia Machado, sou noviça em política, sou noviça nesta Casa e realmente acampeei aqui no mês de janeiro. Acampeei porque acreditei e acredito que, para fazer jus ao meu contracheque do mês de janeiro, eu deveria trabalhar durante aquele mês. Não pensei que isso fosse um motivo de indignação e de surpresa. Eu e meus colegas de acampamento temos certeza de que estamos respaldados pelo direito e, mais ainda, pela obrigação de justificar os nossos soldos à população do Distrito Federal.

O segundo ponto é que a Deputada diz que quer conhecer o orçamento desta Casa. Tenho a dizer que hoje, às 15h, depois de muita luta para que a Mesa Diretora da Câmara se reunisse, ficou decidido que a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	43


Segunda Secretaria ficaria com a Diretoria de Administração e Finanças. O orçamento que recebi, Deputada, foi o orçamento votado na gestão anterior e coloco-me a sua disposição, bem como coloco a Diretoria de Administração e Finanças a sua disposição e de qualquer Parlamentar para acompanhar a sua execução diariamente. Considero isso extremamente importante, porque temos realmente de zelar pelo nome da Instituição de que fazemos parte e que tem uma importância fundamental para a vida democrática, para a vida pública da nossa cidade e para nossa sociedade.

O terceiro ponto é que esperamos que os Deputados, mais do que um palanque, tragam aqui fatos cercados de todas as informações necessárias, porque aqui é um foro em que se é ouvido. Aqui tudo o que dizemos reverbera: reverbera na Casa, reverbera na imprensa, reverbera na sociedade. Então, esperamos que os Deputados que aqui vêm venham com informações que não gerem dúvida alguma, para que as pessoas que ouvem e que querem acompanhar as nossas palavras não se sirvam de informações erradas. Por que imputar à Mesa Diretora desta Casa a iniciativa de uma contratação sem licitação e a atual situação da CCJ e das demais comissões? Parece-me que faltou a V.Exa. acampar no mês de janeiro para saber o que de real estava acontecendo na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Deputada Eliana Pedrosa, desejo incorporar ao meu pronunciamento o aparte de V.Exa.


Aproveito ainda para fazer uma sugestão a V.Exa., como Segunda Secretária. V.Exa. cuidará da execução orçamentaria. Proponho a V.Exa. e à

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	44

CAS que coloquem na nossa página na Internet a execução orçamentaria. Não temos nada a esconder. Então, disponibilizemos na Internet para que qualquer pessoa que quiser acessar saiba o que estamos gastando, em que estamos gastando, com quem estamos gastando e por que estamos gastando. É fundamental que façamos isso. A página tem de funcionar, porque hoje não está funcionando, está desatualizada. Não precisa ser como a página da Câmara dos Deputados. Na Câmara dos Deputados, você fala em plenário e, cinco minutos depois, qualquer pessoa, se quiser, tem acesso e toma conhecimento do que foi dito. Nós podemos praticar isso aqui também. Nós temos um quadro de funcionários qualificados, temos um número suficiente para que fazer isso.

Deputada Eliana Pedrosa, está aqui no *Diário Oficial* a tentativa de contratação de agência de publicidade sem licitação pública para defender a imagem dos Parlamentares. A minha imagem, eu não preciso que ninguém defenda. A minha imagem será fruto do meu trabalho aqui, como também será a imagem de todos Deputados, dos Deputados Rôney Nemer, Fábio Barcellos, João de Deus, Chico Floresta. A nossa imagem, Deputado José Edmar, é fruto do nosso comportamento. Portanto, não posso aceitar que a Câmara Legislativa pague a imprensa para falar bem de mim. A imprensa vai falar bem ou mal de acordo com o meu comportamento aqui e lá fora. Por isso, estou me insurgindo contra essa proposta de contratação sem licitação de agência de publicidade para defender a imagem dos Parlamentares. Não preciso de agência de publicidade para defender minha imagem.

(Assume a Presidência a Deputada Aríete Sampaio.)

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	45


DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - Sra. Presidente, peço a palavra para usar do direito de resposta.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO (PSDB. Para usar do direito de resposta. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, dirijo-me, em especial, à Deputada Eliana Pedrosa, por quem tenho o maior respeito. Quero esclarecer apenas três pontos. O acampamento ao qual me referi não houve no mês de janeiro, pois estar aqui no mês de janeiro era obrigação de todos nós. O acampamento ocorreu antes da diplomação. Alguns Deputados foram à casa do Sr. Governador pedir para que fosse retirado da pauta um projeto que seria votado na Legislatura anterior. Pediram que fosse votado apenas quando os novos Deputados assumissem. Foram à casa do Sr. Governador pedir que o pacote fundiário não fosse votado, porque entendiam que deveria ser votado na próxima Legislatura. Houve reunião de Líderes quando ainda estava aqui a bancada anterior, os Parlamentares da última Legislatura. Participaram dessa reunião Deputados que tinham sido eleitos, mas ainda não tinham sido diplomados. O acampamento ao qual me refiro é esse e, não, o de janeiro, que era obrigação.

Por isso, pergunto se, no mês de janeiro, quando a Mesa Diretora já estava eleita, essa Mesa não foi capaz de detectar os problemas e apresentar soluções.

Sou servidora pública desde 1979. Eu já fui, inclusive, ordenadora de despesa. Conheço perfeitamente como se aplica e se elabora uma proposta orçamentaria. O meu questionamento é a respeito do plano de

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	46

aplicação do orçamento desta Casa. Quero saber sobre o plano de publicidade, porque têm de ser divulgadas as ações da Casa, até porque a imprensa se encarrega de noticiar os fatos negativos e de colocar os Deputados no quadro dos malfeitores.


Deputada Eliana Pedrosa, Srs. Deputados, esta Mesa Diretora tem como integrantes o Deputado Gim Argello, ex-Presidente desta Casa, e o Deputado Benício Tavares, hoje Presidente da Casa, que nunca deixou de fazer parte da Mesa desde que foi eleito.

Portanto, entendo que há continuidade das ações, com a participação de alguns Parlamentares. Cabe a vocês apresentarem as suas defesas e trazerem propostas de moralização e, não, apresentar no Diário Oficial uma contratação sem licitação. "Foi o Presidente que fez. É só o Presidente quem toma decisão." A Mesa está sendo relegada a segundo plano?

Então, desejo fazer aqui esses esclarecimentos e dizer que o respeito existe e é fundamental. Sempre respeitei todos os colegas desta Casa. Tenho o maior respeito por todos que conseguiram chegar aqui por meio de uma campanha que foi uma verdadeira guerra, mas chegaram aqui com um discurso e estão praticando outros atos. Essa é a minha surpresa. O mês de janeiro seria suficiente para a Mesa Diretora adotar os procedimentos necessários para que esta Casa funcionasse. O acampamento se deu quando os Deputados nem eram diplomados ainda.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Esta Presidência esclarece às Sras. e Srs. Deputados que há ainda dois

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA		47


Deputados inscritos para o Grande Expediente. O próximo inscrito é o Deputado Fábio Barcellos. Por isso, sugiro aos Deputados que estão fazendo fila no microfone que aguardem para que possamos ordenar nossos trabalhos.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - O Deputado José Edmar está solicitando o uso da palavra. Peço a S.Exa. que seja breve em suas palavras, para que continuemos a nossa sessão.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, durante os doze anos em que estou nesta Casa, aprendi muito, ouvi muitos discursos e poucas ações. É muito difícil os Deputados se unirem para defender esta Casa. Às vezes, quando um Deputado é acusado pela imprensa, os outros Deputados põem fogo na acusação, mesmo não tendo fundamento as acusações. Por isso eu acho extremamente importante esta Casa contratar uma agência de publicidade nesta Casa com o interesse de defender e dar oportunidade ao Parlamentar que for acusado pela imprensa de se defender. Que esta Casa julgue qual defesa pode ser feita.

Não temos como enfrentar, por exemplo, o cartel do combustível em Brasília, que sempre pagou altos preços para os veículos de comunicação nesta cidade, onde temos o combustível mais caro do País. Só para citar um exemplo, o litro da gasolina vendida em Goiânia, proveniente de Brasília, é vendida por R\$ 0,50 (cinquenta centavos) a menos que aqui. No entanto, quando defendemos a concorrência do combustível em Brasília, esta Casa foi enxovalhada pelos meios de comunicação, principalmente pelo *Correio*

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	48

Braziliense, que, de certo modo, só poderia ter sido manipulado pelo cartel de combustível de Brasília para fazer tantas denúncias de concessão de terreno para posto de gasolina. Na verdade, todos os projetos aprovados aqui tinham a obrigatoriedade do pagamento da outorga onerosa, o objetivo de proporcionar emprego e também o objetivo de gerar concorrência para baratear o preço.


Vejo que a Câmara Legislativa ainda não tem força suficiente para, por meio de sua Mesa Diretora, ter disponibilidade financeira para dar ao Parlamentar condições de levar à opinião pública o debate que se trava nesta Casa e, muitas vezes, contestar o dinheiro pago pelos poderosos do Distrito Federal,

Apoio a Mesa Diretora quando fala em verba de publicidade para melhorar a imagem da Casa e para dar oportunidade ao Deputado de se defender perante os meios de comunicação desta cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Barcellos.

DEPUTADO FÁBIO BARCELLOS (PL. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, fui um dos Parlamentares que esteve na casa do Governador pedindo à época que não fosse encaminhado à Câmara Legislativa o projeto que tirava desta Casa a possibilidade de legislar sobre terras. Na realidade, estávamos nós Parlamentares da nova Legislatura pagando por equívocos cometidos no passado. Creio que foi o grande número de mudanças de destinação de área para posto de gasolina, a preocupação com esse tipo de posicionamento e, não, com área para população, com moradia digna para

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	49


classe média e para a classe mais baixa que fez com que o Governo do Distrito Federal encaminhasse a esta Casa um projeto que nos tira o direito de legislar sobre a questão das terras do Distrito Federal, que é um direito justo. É de competência dos Parlamentares a fiscalização dessas questões. Infelizmente, nós, os novos Parlamentares, estamos pagando por erros que foram cometidos no passado. Não temos nada a ver com isso. Por isso, o pedido lá feito em relação a uma lei que foi aprovada no apagar das luzes dessa Casa, praticamente nos últimos dez dias da Legislatura anterior.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PPB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu discordo frontalmente do Deputado Chico Vigilante. Como esta Casa é uma caixa de ressonância da sociedade, estou convencido da teoria de Lavoisier de que na natureza nada se perde, tudo se transforma. Eu me lembro, de forma indignada, de quando via o Deputado Chico Vigilante tentando desmerecer essa Casa, juntamente com o Deputado Paulo Delgado, do Partido dos Trabalhadores. O Deputado Chico Vigilante dizia que esta Casa não servia para nada. Estou convencido do zelo do Deputado Chico Vigilante com esta Casa, querendo culpar de forma leviana a Mesa Diretora, o próprio Deputado Paulo Tadeu, do Partido dos Trabalhadores, e os Deputados Benício Tavares, Gim Argello, Izalci Lucas e Eliana Pedrosa, Deputados que estão querendo trabalhar,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	50

desemperrar a pauta e fazer funcionar a Comissão de Constituição e Justiça, para podermos dar continuidade ao trabalho legislativo e favorecer a sociedade brasiliense.

Por isso, repudio o Deputado Chico Vigilante por ter, um dia, desmerecido essa Casa.


PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Deputado João de Deus, o seu pronunciamento não se tratou de uma questão de ordem. Por isso, como o Deputado Chico Vigilante foi citado, darei a S.Exa. o direito de resposta por um minuto.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante para usar do direito de resposta.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para usar do direito de resposta. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, o Deputado que me antecedeu sabe que fantasiou aqui.

Eu perguntei exatamente aos Deputados Paulo Tadeu, Izalci Lucas e outros componentes da Mesa se sabiam da proposta de contratação de agência de publicidade contratada diretamente para, segundo o que está publicado no *Diário Oficial* de hoje, defender a imagem de Deputados que estariam sendo malfalados pela imprensa. Indaguei aos integrantes da Mesa se sabiam disso. Se sabem, expliquem para mim, porque não preciso gastar dinheiro público para defender a minha imagem, que é o reflexo do meu trabalho desenvolvido aqui dentro.

Com relação à imagem da Câmara Legislativa do Distrito Federal, não mudo um milímetro do que eu e o Deputado Paulo Delgado dissemos. Estou aqui exatamente para ajudar a mudar o comportamento desta Casa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	51

O Deputado que me antecedeu precisa aprender a se comportar como Parlamentar. Foi divulgado na mídia que S.Exa. viria aqui para me provocar a mando do Governador. Sei agir dentro do Regimento Interno, sei me comportar como Deputado e debatarei regimentalmente, como tenho debatido aqui, no mais alto nível, o tempo inteiro com a Deputada Eurides Brito. Não aceitarei provocação de quem quer que seja.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Cauhy. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Xavier. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Izalci Lucas. (Pausa.)


Concedo a palavra ao Deputado José Edmar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Passos, (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PC do B. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores presentes, as urnas efetivamente quiseram a mudança da imagem desta Casa. As urnas quiseram que esta Casa, de um balcão de negócios e de uma casa de acobertamento de interesses escusos - como se referiu a imprensa -, fosse transformada em um fórum de debate amplo, em que se pudesse defender os pontos de vista, para podermos chegar a verdades comungadas. Que não vencesse o grito, a mentira, mas o posicionamento transparente, inequívoco. Que os acordos à luz do dia fossem cumpridos e que os Parlamentares, na

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	52

representação daqueles que o elegeram, fossem respeitados e respeitassem os seus Pares.

Sra. Presidente, desde que aqui cheguei, vindo do Ministério Público, reconhecidamente a instituição mais acreditada do Brasil - e digo isso com muito orgulho -, venho me debatendo com isso, mas não fiquei sozinho no debate. Oposição e Situação uniram forças no sentido do realce da imagem desta Casa, não a imagem mentirosa, maquiada em *outdoors* com promessas, mas a transformação desta Casa em um fórum de debate, em uma Casa de representação dos interesses de Brasília e de todo o Distrito Federal.


DEPUTADO PENIEL PACHECO - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PSB) - Em primeiro lugar, registro os meus agradecimentos pela concessão do aparte.

Sr. Deputado Chico Leite, considerando o pronunciamento de V.Exa., preocupa-me o tom desses últimos dias de sessão do Parlamento, destinados unicamente para debates, para essa radiografia meio autofágica do Poder Legislativo, talvez até em função de não termos o que votar.

Sr. Deputado, preocupa-me saber que, de repente, estamos numa luta para ver quem descobrirá a pior coisa do Poder Legislativo e jogará aqui na tribuna. A disputa, agora, já é para saber o seguinte: qual será a última bomba reservada para expormos na tribuna, a fim de que o Poder Legislativo vá de vez para o ralo. Não que eu defenda que devemos assumir uma postura mascarada, fingida ou hipócrita de demonstrar o que não somos, mas não é preciso dizer que o Legislativo precisa urgentemente de reformas.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	53


Penso que a principal reforma virá nas nossas manifestações de voto aqui no plenário. Esta, sim, é a reforma mais importante que o Legislativo precisa fazer para melhorar a vida da população do Distrito Federal.

O Deputado Chico Vigilante trouxe à baila uma consulta ao Tribunal de Contas do Distrito Federal que nem base técnica tem. Tanto é que o Tribunal de Contas desconheceu a consulta. Penso que foi errada não só a consulta, mas também a forma como ela foi feita. O Tribunal disse o que ouvimos, ou seja, uma iniciativa equivocada, que utilizou mecanismos equivocados só pode obter uma resposta negativa. Se há uma resposta negativa do Tribunal de Contas, pior será a resposta da sociedade enquanto tentarmos compensar a perda de imagem com esse tipo de iniciativa.

Deputado Chico Leite, parabênizo V.Exa., como Líder do Bloco Independente, por ter assumido a tribuna neste momento para discutir esse assunto. Permita-me, dentro do pronunciamento de V.Exa., fazer um apelo. Mostremos a cara do Poder Legislativo que tomou posse em 1º de janeiro no dia em que começamos a votar. A sociedade não aguenta mais o Legislativo só falar, falar e falar. Temos de votar urgentemente. Como é que votaremos a questão fundiária? Como é que votaremos os problemas relacionados ao orçamento? Como é que votaremos matérias relevantes relacionadas à saúde do Distrito Federal?

Entendo que o que acabará um pouco com essa tentativa de querer mostrar as nossas vísceras será o posicionamento que assumiremos como Deputados, o qual será manifestado por meio do voto.

Muito obrigado pela concessão do aparte.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	54


DEPUTADO CHICO LEITE - Deputado Peniel Pacheco, foi uma honra a concessão do aparte a V.Exa., porque eu ia exatamente seguir a linha adotada por V.Exa.

Independentemente dos posicionamentos políticos, da visão da cidade e dos partidos, desde a eleição da Mesa tentamos resgatar o processo legislativo disputando, com o Bloco Independente, a Terceira Secretaria.

Desde aquele momento inicial, insistimos: no procedimento da leitura das atas, que tem sido feita; na votação de todos os projetos, incluindo aí a competência das comissões; na admissibilidade ao mérito; em evitar a apresentação das emendas de plenário e dos pareceres orais; e, fundamentalmente, na intenção de mostrarmos à Brasília que é possível construirmos uma sociedade com boas ideias. Quantas foram as leis que, mesmo no meio de lamas anunciadas, deram bons frutos e trouxeram boas notícias. O próprio Deputado Peniel Pacheco é autor de algumas delas e pôde honrar a sua passagem por esta Casa.

Essas distorções já foram anunciadas por todas as comissões, que encontraram situações caóticas; já foram anunciadas por todos aqueles que integram a Mesa Diretora, que encontraram situações de difícil solução; já foram anunciadas por todos aqueles que precisaram de algum serviço administrativo e que quase culpavam servidores da Casa, que estão entre os melhores em qualificação e em desenvolvimento do Distrito Federal.

Sra. Presidente, tenho a impressão de que nós só corrigiremos essas distorções se, antes de cobrarmos um processo transparente daqueles que temos de fiscalizar, nós, os 24 Parlamentares, debatermos todas as consultas, mesmo que seja por meio do Colégio de Líderes; se todas as

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	55


proposições assim acordadas abertamente, não apenas pelos maiores partidos, mas por todos - que depois responderão pelos atos dos Líderes -, sejam debatidas à exaustão; se todas as nossas decisões forem independentes - repito - da visão da cidade, da visão de oposição - como a minha - e da visão de situação, de defesa do Governo atual - como a do Deputado João de Deus. Independentemente disso, todas as decisões têm de ser tomadas de maneira colegiada. Então, talvez não usaremos a tribuna para criticar a Casa a que pertencemos e a usemos melhor: fazendo a fiscalização do Executivo; discutindo sobre as máfias, como a do gás, a do combustível e a dos grileiros de terras públicas.

Todos os dias, direi neste microfone: lugar de grileiro de terra pública é na cadeia e devolvendo o dinheiro de quem enganou.

Talvez possamos olhar para fora se, antes, moralizarmos aqui dentro e tivermos orgulho do que fazemos. Tenho a impressão, Deputado Chico Vigilante, de que construiremos a melhor imagem pelo exemplo, não pela publicidade. Construiremos a melhor casa pelo trabalho, não pela notícia, pelo engodo e arroubos. Construiremos uma melhor Brasília pelo debate franco, mas respeitoso. É isso que defendemos e é isso que esperamos da nossa Casa, Sra. Presidente. Estou pronto ao debate, mas ao debate franco, leal e que constrói.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - O Deputado Rôney Nemer, quando convocado para seu pronunciamento, não estava presente. Apesar de as regras serem claras no sentido de que, uma vez chamado, o Deputado ausente perde o direito à fala, como somos novatos,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	56


Deputado Rôney Nemer, a Mesa lhe concede cinco minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PTB. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu pronunciamento aqui é sobre o que foi dito pela Deputada Anilcéia Machado, que infelizmente não se encontra mais no plenário. S.Exa. disse que pessoas participaram de reunião de Líderes aqui quando nem Deputados eram.

Realmente, estive em uma reunião de Liderança. Eu vim a esta Casa, porque, como Deputado eleito - como V.Exa. disse muito bem -, sendo novato aqui, quero exercer meu mandato e fazer jus ao meu contracheque no final do mês da forma mais digna. Eu vim aqui várias vezes, não foi uma ou duas, não. Vim para ver como funcionava a Casa. Uma vez me foi permitido ouvir o que lá estava se decidindo, até porque essa decisão que essa definição de áreas e terras foram tomadas por Deputados que legislaram por um período de quatro anos, nos quais eles não estavam, em sua grande maioria. Então, ficamos indignados com esta postura deles e viemos ver qual seria o procedimento. O objetivo foi o de conhecer a Casa, para poder trabalhar e desempenhar o melhor papel para honrar aqueles votos que tivemos.

Eu também concordo com o Deputado Chico Vigilante quando diz que eu também não preciso que ninguém defenda a minha imagem. Eu tenho trabalho, tenho o meu nome, tenho seriedade.

Acredito que a renovação da Casa é para realmente debatermos com seriedade e respeito, no campo das ideias, com o trabalho, mostrando para a sociedade que aqui existe uma Casa de Leis, que a respeita. E a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	57

melhor forma de respeitar a comunidade é trabalharmos com dignidade. Erros acontecerão. Só não erra aquele que fica deitado o dia inteiro. Assim mesmo, V.Exa., como médica, concorda comigo: quem fica deitado o dia inteiro tem problema de coluna, dor nas costas.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOÃO DE DEUS (PPB) - Sr. Deputado, eu concordo com V.Exa. quando vem à tribuna para se defender das palavras da Deputada Anilcéia Machado. Até penso que, se V.Exa. acampou nesta Casa, foi para poder entender um pouco o processo legislativo, o que acho perfeitamente normal. V.Exa., durante toda a vida, foi funcionário público, depois administrador público e sempre pertenceu à base do Governador Roriz. Tenho a impressão de que V.Exa. se orgulha de defendê-lo.

Agora, há Deputados aqui que estavam muito soltos dentro deste plenário, estavam fazendo e acontecendo, achando que eram os "reis da cocada preta". Fui eleito 1º suplente, e é um direito do 1º suplente assumir quando o titular se afasta. Aqui combaterei, debatarei e discutirei as questões do Governo, defenderei o Governo Roriz. Eu tenho experiência do Governo do PT, porque eu já convivi com o Governo do PT. Independente se alguém gastou dinheiro público, se alguém gastou energia pública para se locupletar, se fez alguma trapincolada e a imprensa denunciou, isso é público e notório.

Então, há Deputados que se vestem de paladinos da moralidade, mas defenderam o Magela, e o Magela, comprovadamente, tinha assessores ligados a grileiros. O Deputado que me antecedeu - e não sou covarde para não dizer o nome, eu falo o nome -, Deputado Chico Leite, que agora é


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	58

Deputado, mas é concursado, é um defensor da lei, defendeu o Magela, que também se envolveu com grileiro, que comprou lote de grileiro.

Eu concordo com V.Exa. quando diz que os grileiros têm de ir para a cadeia. Com isso eu concordo em gênero, número e grau. Aliás, estou com uma ação contra a CUT, a Central Única dos Trabalhadores, que é, nada mais, nada menos, do que um braço. Podemos até chamá-la de prostituta de trabalhador, pois vive às custas dos trabalhadores. São aquelas pessoas que usam a energia pública, aquelas pessoas que respiram crise e se alimentam dos conflitos das pessoas.

Comungo com V.Exa. Estou aqui na qualidade de 1º suplente para defender o Governo, sim, no que for preciso, no que tiver direito e, não, para tentar ganhar no "tapetão", como o Partido dos Trabalhadores quer ganhar. O Governador Roriz ganhou a eleição e, se houvesse uma nova eleição, ganharia novamente. Não venham essas tricas e futricas essas pessoas que não contribuíram com a sociedade brasiliense, que não projetaram uma lei em defesa da sociedade brasiliense, que vivem respirando crise e se alimentando do conflito das pessoas e ganhando eleição. Essas pessoas deveriam ter ficado lá, na CUT, no carro de som. O próprio Presidente Lula falou: "Chega de carro de som, estamos cansados, vamos construir um Brasil melhor!" Para isso, temos de, aqui na Câmara Legislativa, que é uma caixa de ressonância da sociedade, construir uma sociedade mais justa, mais igualitária. Parabenizo o Governador Joaquim Roriz. Para isso, sei brigar, pois conheço o Regimento Interno desta Casa.

Muito obrigado.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA	NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19/02/03	15h15min	ORDINÁRIA	60

aceitar essa distribuição absurda que existe, em que V.Exa. tem direito de nomear três assessores para a comissão. Esses cargos são desdobrados em doze. Na verdade, V.Exa. não nomeou ninguém, e a comissão não funcionará.

Coloco a nossa bancada à disposição para resolvermos essa situação e para V.Exa. poder nomear seus três assessores na comissão.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) - Srs. Deputados, o Deputado Rôney Nemer era o último orador inscrito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h55min.)